

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Aljardi SGPS, Lda. (Sociedade inserida no Grupo Santander), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 2.672.806.026 Euros e capitais próprios de 1.594.309.513 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 168.054.883 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais próprios e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Aljardi SGPS, Lda. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

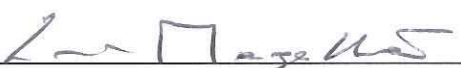
Ênfases

5. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Sociedade tinha uma “Provisão para outros riscos e encargos” no montante de 534.000.000 Euros, a qual se destinava a cobrir riscos não identificados especificamente, e cuja movimentação era efectuada por contrapartida de resultados do exercício. O montante total desta provisão não se alterou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Reservas de reavaliação” da Situação Líquida incluía perdas potenciais nas acções de uma entidade classificadas na carteira de “Activos financeiros disponíveis para venda”, para as quais a Sociedade deveria ter reconhecido perdas por imparidade em exercícios anteriores no montante de 48.387.285 Euros. Estas situações constituem erros, conforme previsto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, cuja correcção deve ser tratada no âmbito do IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros (IAS 8). De acordo com os requisitos desta norma, a Sociedade procedeu à correcção do efeito acumulado destas situações nas suas demonstrações financeiras de forma retrospectiva (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, ou seja, 1 de Janeiro de 2009. O impacto desta reexpressão em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 consistiu num aumento das reservas de reavaliação da Sociedade no montante de 48.387.285 Euros, num aumento dos resultados transitados em 485.612.715 Euros, e numa diminuição do passivo em 534.000.000 Euros (Nota 1.3).
6. Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Reservas de reavaliação” da Situação Líquida da Sociedade inclui 6.908.216 Euros de perdas potenciais nas acções de uma entidade registadas na carteira de “Activos financeiros disponíveis para venda”. Estas acções apresentam perdas potenciais desde Janeiro de 2009, que representam uma desvalorização de cerca de 25% face ao respectivo custo de aquisição em 31 de Dezembro de 2010. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2010, não tinha sido atingido nenhum dos critérios definidos pela Sociedade para o reconhecimento de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda quando ocorra um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado destes activos abaixo do seu custo de aquisição (Notas 1.2. b) ii) e 4).
7. As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório datado de 15 de Março de 2010, incluía uma reserva e uma ênfase. A reserva era sobre os assuntos mencionados no parágrafo 5 acima e a ênfase era sobre a existência nessa data de perdas potenciais registadas na rubrica “Reservas de reavaliação” da Situação Líquida da Sociedade nas acções de uma entidade classificadas na carteira de “Activos financeiros disponíveis para venda”, as quais foram alienadas no exercício de 2010.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2010.

Lisboa, 15 de Março de 2011


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

ALJARDI SGPS, LDA.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010			(Reexpresso) 2009			PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2010	(Reexpresso) 2009
		Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		477	-	477	2.152	Recursos de outras instituições de crédito			10	3.178	4.052
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	148.346	-	148.346	218.743	Recursos de clientes e outros empréstimos			11	449.360.991	961.527.203
Activos financeiros detidos para negociação	3	-	-	-	16.106.922	Derivados de cobertura			7	1.189.690	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3	208.892.684	-	208.892.684	276.661.528	Provisões			12	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4	22.859.550	-	22.859.550	305.675.141	Passivos por impostos correntes			28	158.281	6.220
Aplicações em instituições de crédito	5	928.238.578	-	928.238.578	1.505.340.116	Outros passivos subordinados			13	626.946.809	627.229.114
Crédito a clientes	6	1.500.176.161	-	1.500.176.161	1.601.453.942	Outros passivos			14	837.564	3.860.105
Derivados de cobertura	7	3.266.800	-	3.266.800	-	Total do Passivo				1.078.496.513	1.592.626.694
Outros activos tangíveis	8	460.412	(238.721)	221.691	115.178	Capital			15	24.940	24.940
Activos intangíveis	8	6.095.597	(10.263)	6.085.334	6.085.334	Outros instrumentos de capital			16	1.158.647.659	1.158.647.659
Outros activos	9	2.916.405	-	2.916.405	2.834.744	Reservas de reavaliação			4	(6.908.216)	(121.105.506)
						Outras reservas e resultados transitados			17	860.600.013	1.024.139.290
						Dividendos antecipados			17	(250.000.000)	-
						Lucro do exercício			17	(168.054.883)	60.160.723
						Total da Situação Líquida				1.594.309.513	2.121.867.106
Total do Activo		2.673.055.010	(248.984)	2.672.806.026	3.714.493.800	Total do Passivo e da Situação Líquida				2.672.806.026	3.714.493.800

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Compromissos 18 145.661.397 524.880.631

O anexo faz parte integrante destes balanços consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	(Reexpressa)	
		2010	2009
Juros e rendimentos similares	19	52.722.995	85.228.572
Juros e encargos similares	19	(9.926.460)	(20.406.062)
Margem financeira		42.796.535	64.822.510
Rendimentos de instrumentos de capital	20	1.829.667	20.009.892
Rendimentos de serviços e comissões	21	1.356.155	2.568.022
Encargos com serviços e comissões	21	(1.753.053)	(4.550.516)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	22	(28.196.449)	(30.199.932)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	22	(179.549.025)	12.114.510
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	22	(1.652.668)	(217.505)
Resultados de alienação de outros activos		(3.086)	(978)
Outros resultados de exploração		(203.143)	(222.887)
Produto da actividade		(165.375.067)	64.323.116
Custos com pessoal	23	(1.671.953)	(1.575.181)
Gastos gerais administrativos	24	(789.332)	(2.517.018)
Depreciações e amortizações	8	(57.750)	(61.504)
Provisões e imparidades líquidas	12	-	-
Resultado antes de impostos		(167.894.102)	60.169.413
Impostos correntes	28	(160.781)	(8.690)
Resultado líquido do exercício		(168.054.883)	60.160.723

O anexo faz parte integrante destas demonstrações dos resultados consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2010	(Reexpressa)
		2009
Lucro do exercício	(168.054.883)	60.160.723
Reservas de Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(65.351.735)	15.587.788
Transferência para resultados por alienação	179.549.025	(12.114.510)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no exercício	-	-
Resultado não incluído na demonstração de resultados	<u>114.197.290</u>	<u>3.473.278</u>
Rendimento integral	<u>(53.857.593)</u>	<u>63.634.001</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações do rendimento integral consolidado.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Total		
	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Reserva Legal				Resultados transitados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	24.940	1.158.647.659	(172.966.069)	65.612.072	105.079	744.301.967	810.019.118	-	28.507.457	1.824.233.105
Correcção de erros de exercícios anteriores (Nota 1.3):										-
Reconhecimento de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	48.387.285	-	-	(48.387.285)	(48.387.285)	-	-	-
Anulação da Provisão para outros riscos encargos	-	-	-	-	-	534.000.000	534.000.000	-	-	534.000.000
Reclassificação entre rubricas de reservas	-	-	-	(1.510.207)	1.510.207	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2009 (Reexpressos)	24.940	1.158.647.659	(124.578.784)	64.101.865	1.615.286	1.229.914.682	1.295.631.833	-	28.507.457	2.358.233.105
Aplicação do lucro do exercício de 2008	-	-	-	747.310	2.103.435	25.656.712	28.507.457	-	(28.507.457)	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	-	(300.000.000)	(300.000.000)	-	-	(300.000.000)
Rendimento integral do exercício de 2009	-	-	3.473.278	-	-	-	-	-	60.160.723	63.634.001
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Reexpressos)	24.940	1.158.647.659	(121.105.506)	64.849.175	3.718.721	955.571.394	1.024.139.290	-	60.160.723	2.121.867.106
Aplicação do lucro do exercício de 2009	-	-	-	5.570.000	446.073	54.144.650	60.160.723	-	(60.160.723)	-
Outros	-	-	-	-	(1)	1	-	-	-	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	-	(223.700.000)	(223.700.000)	-	-	(223.700.000)
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(250.000.000)	-	(250.000.000)
Rendimento integral do exercício de 2010	-	-	114.197.290	-	-	-	-	-	(168.054.883)	(53.857.593)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	24.940	1.158.647.659	(6.908.216)	70.419.175	4.164.793	786.016.045	860.600.013	(250.000.000)	(168.054.883)	1.594.309.513

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos capitais próprios consolidados.

ALJARDI SGPS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSA)

(Montantes expressos em Euros)

	2010	(Reexpressa) 2009
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimentos de clientes	1.131.628	3.133.514
Pagamentos a fornecedores	(551.817)	(2.707.636)
Pagamentos ao pessoal	(1.640.734)	(1.549.276)
Fluxo gerado pelas operações	<u>(1.060.923)</u>	<u>(1.123.398)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(6.220)	(8.038)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	<u>(80.460)</u>	<u>(110.021)</u>
	(86.680)	(118.059)
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>(1.147.603)</u>	<u>(1.241.457)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	79.353.319	125.851.963
Activos financeiros detidos para negociação	34.270.326	359.850.125
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.373.369	778.808
Activos financeiros disponíveis para venda	445.400.166	-
Aplicações em instituições de crédito	582.959.431	11.656.433
Crédito a clientes	103.260.000	-
Derivados de cobertura	-	-
Dividendos	1.829.666	18.674.439
	<u>1.251.446.277</u>	<u>516.811.768</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(250.592.543)	(181.370.825)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(9.671.718)
Crédito a clientes	-	(412.200.000)
Derivados de cobertura	(2.697.590)	(43.773.725)
Outros activos tangíveis	<u>(167.349)</u>	<u>(41.874)</u>
	<u>(253.457.482)</u>	<u>(647.058.142)</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>997.988.795</u>	<u>(130.246.374)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Recursos de outras instituições de crédito	-	-
Depósitos de clientes	-	468.709.697
	<u>-</u>	<u>468.709.697</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Distribuição de resultados transitados	(223.700.000)	(300.000.000)
Distribuição de dividendos antecipados	(250.000.000)	-
Juros e custos similares	(9.369.870)	(32.502.734)
Recursos de outras instituições de crédito	(874)	(3.132.274)
Depósitos de clientes	<u>(512.175.318)</u>	<u>-</u>
	<u>(995.246.062)</u>	<u>(335.635.008)</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>(995.246.062)</u>	<u>133.074.689</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	1.595.130	1.586.858
Efeito das diferenças de câmbio	(1.667.202)	(1.551.846)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	220.895	185.883
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>148.823</u>	<u>220.895</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações dos fluxos de caixa consolidados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

ACTIVIDADE ECONÓMICA

A Aljardi SGPS, Lda. (adiante designada por “Sociedade”) é uma sociedade por quotas constituída em 30 de Setembro de 1997 e tem como objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, sendo actualmente o Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (ver descrição da sua actividade no parágrafo seguinte) a sua única participada. A Sociedade tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito do Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M de 5 de Setembro.

Em Janeiro de 1998, o Banco de Portugal autorizou a constituição do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (sociedade anónima constituída em 22 de Dezembro de 1994 com a denominação social de Madesant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.), que tem por objecto social a actividade e todas as operações permitidas por lei aos bancos, nos termos constantes dos estatutos já depositados e devidamente autorizados pelo Banco de Portugal. O Banco tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito do Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M, de 5 de Setembro. O Banco financia-se essencialmente junto de outras entidades do Grupo Santander sob a forma de passivos subordinados e depósitos, os quais são aplicados, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em acções cotadas em bolsas internacionais, prestando ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 15, a Sociedade é detida maioritariamente pela Holbah, Limited (entidade inserida no Grupo Santander).

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua participada e foram processadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pela Gerência em 1 de Março de 2011 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, a Gerência da Sociedade entende que estas irão ser aprovadas sem alterações significativas.

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

		resulte a perda de controlo; e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) - Investimentos em associadas	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

O efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	01-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo)	01-Jan-11	Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	01-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1.2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais (IAS 27 e IFRS 3)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas individuais da Sociedade e do Banco Madesant, constituindo uma unidade de decisão. A consolidação do Banco Madesant efectuou-se pelo método de integração global.

As diferenças de consolidação negativas - goodwill - correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas filiais na data da primeira consolidação, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade.

No momento da venda de uma empresa filial, o saldo líquido do goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia gerada na venda.

Conforme previsto no IFRS 1, à data da transição para os IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004), o valor líquido do goodwill gerado na aquisição do Banco Madesant (6.085.334 Euros) foi registado no balanço no âmbito da rubrica "Activos intangíveis".

b) Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços num mercado activo; ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente (i) cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou (ii) preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsas de valores.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo e de rendimento variável transaccionados em bolsas internacionais, e adquiridos pelo Banco Madesant para venda num prazo próximo com o objectivo de obtenção de mais valias ou em que o Banco Madesant tenha optado, na data de aquisição, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

A avaliação destes títulos é efectuada diariamente com base no justo valor (cotação de mercado).

Os ganhos e perdas resultantes da alteração no justo valor são reconhecidos em resultados.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Imparidade de Activos financeiros disponíveis para venda

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

De acordo com a Norma IAS 39 estão previstos os seguintes indícios específicos para imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.
- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A política definida pela Sociedade para avaliar a existência de situações de declínio significativo ou prolongado do valor de mercado de instrumentos de capital na carteira de activos financeiros disponíveis para venda abaixo do respectivo preço de custo, e consequente reconhecimento de perdas por imparidade, é a seguinte:

- permanência por um período mínimo de 24 meses de uma menos-valia potencial em relação ao custo de aquisição; e
- existência de uma menos-valia potencial de valor percentual igual ou superior a 50% do custo de aquisição.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Sociedade uma análise fundamentada da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente quanto à aplicação destes critérios.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

iii) Aplicações em instituições de crédito

Após o reconhecimento inicial, as aplicações em instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

As aplicações em instituições de crédito designadas como instrumentos cobertos são valorizados conforme descrito na alínea 1.2.b) vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

iv) Crédito e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber inclui os créditos concedidos pelo Banco Madesant a Clientes e a Instituições de Crédito. No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor.

Os juros e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são registados à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

Os créditos designados como instrumentos cobertos são valorizados conforme descrito na alínea 1.2.b) vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos.

Imparidade

Os créditos e valores a receber são sujeitos a avaliação de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados. A avaliação da imparidade é efectuada em base individual.

De acordo com o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; probabilidade do mutuário entrar em falência; etc), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

v) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vi) Passivos subordinados

Na data de emissão os passivos subordinados são relevados pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os passivos subordinados emitidos pela Sociedade não são cotados em Bolsa.

vii) Contabilidade de cobertura – derivados e instrumentos cobertos

O Banco Madesant realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, para cobertura de posições.

Todos os instrumentos derivados são registados ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

As transacções de derivados financeiros mantidos pelo Banco Madesant, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio e sobre taxas de juro, são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter). A maioria dos derivados fora de bolsa mantidos pelo Banco são transaccionados em mercados activos, sendo a respectiva avaliação calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente a actualização de fluxos de caixa.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor teórico contratado (valor nocional) e na respectiva divisa.

Contabilidade de cobertura

O Banco Madesant realiza operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor), para cobertura de activos financeiros individualmente identificados (aplicações em instituições de crédito e créditos e outros valores a receber).

O Banco Madesant dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, aquando da transacção inicial, o instrumento (ou parte do instrumento, ou parte do risco) que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Periodicamente o Banco Madesant testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se num intervalo entre 80% e 125%.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos ou passivos cobertos, no caso de operações ao custo amortizado (aplicações em instituições de crédito e crédito e outros valores a receber).

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

viii) Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados segundo o sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Este sistema prevê que todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio oficial de divisas da data do balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial e, sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo:

Posição à vista

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos expressos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de "fixing" do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos na demonstração dos resultados.

Posição a prazo

A posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas são registadas numa rubrica de reavaliação da posição cambial a prazo por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 4
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 - 8

d) Activos intangíveis (IAS 38)

Os activos intangíveis compreendem as despesas relacionadas com a aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante um período de três anos.

e) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

Dado o Banco Madesant não ter subscrito o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, é abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social, não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1.3. Comparabilidade da informação

Provisões para outros riscos e encargos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Sociedade tinha uma “Provisão para outros riscos e encargos” no montante de 534.000.000 Euros, a qual se destinava a cobrir riscos não identificados especificamente, e cuja movimentação era efectuada por contrapartida de resultados do exercício. O montante total desta provisão não se alterou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

A existência deste tipo de provisão constitui um erro, face aos requisitos da norma IAS 37 – “Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes”. De acordo com os requisitos da norma IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros”, a Sociedade procedeu à correcção do efeito acumulado desta situação nas suas demonstrações financeiras de forma retrospectiva (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, ou seja, 1 de Janeiro de 2009.

O impacto desta reexpressão consistiu num aumento do capital próprio consolidado em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 no montante de 534.000.000 Euros, e numa diminuição do passivo em igual valor.

Imparidade em acções registadas em Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Reservas de reavaliação” da Situação Líquida incluía perdas potenciais nas acções de uma entidade classificadas na carteira de “Activos financeiros disponíveis para venda”, para as quais a Sociedade deveria ter reconhecido perdas por imparidade em exercícios anteriores no montante de 48.387.285 Euros.

O não reconhecimento de perdas por imparidade quando existe um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado de instrumentos de capital nas carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda abaixo do respectivo preço de custo constitui um erro face aos requisitos da norma IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

De acordo com os requisitos da norma IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros”, a Sociedade procedeu à correcção do efeito acumulado desta situação nas suas demonstrações financeiras de forma retrospectiva (“restatement”), com referência ao primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, ou seja, 1 de Janeiro de 2009.

O impacto desta reexpressão consistiu num aumento das reservas de reavaliação consolidadas em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 no montante de em 48.387.285 Euros, e numa diminuição dos resultados transitados em igual valor.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
No país:		
- Outras entidades – Em Euros	148.346 =====	218.743 =====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” (na sua totalidade constituídas por títulos de rendimento variável emitidos por não residentes e cotados em bolsas internacionais) têm a seguinte composição:

2010						
<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Divisa</u>	<u>Quantidade</u>	<u>(em divisa)</u>		<u>Valor de cotação</u>	<u>(em Euros)</u>
			<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>		<u>Valor de balanço</u>
<i>Activos financeiros ao justo valor através de resultados:</i>						
<i>Instrumentos de capital (acções)</i>						
Assicurazioni Generali SPA	EUR	14.700.400	1,00	23,089	14,21	208.892.684 =====
2009 (Reexpresso)						
<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Divisa</u>	<u>Quantidade</u>	<u>(em divisa)</u>		<u>Valor de cotação</u>	<u>(em Euros)</u>
			<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>		<u>Valor de balanço</u>
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>						
<i>Instrumentos de capital (acções)</i>						
Unicredito Italiano	EUR	6.875.954	0,50	4,984	2,343	16.106.922 =====
<i>Activos financeiros ao justo valor através de resultados:</i>						
<i>Instrumentos de capital (acções)</i>						
Assicurazioni Generali SPA	EUR	14.700.400	1,00	23,089	18,820	276.661.528 =====

Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de activos ao justo valor através de resultados apresentava menos valias potenciais acumuladas, registadas na demonstração dos resultados, no montante de 130.529.658 Euros (menos valias potenciais acumuladas de 80.924.224 Euros, em 31 de Dezembro de 2009).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

4. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

2010								
Natureza e espécie dos títulos	Divisa	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais/(menos) valia potencial	Imparidade (Nota 12)
<i>Instrumentos de capital (acções)</i>								
Endesa	EUR	1.070.944	1,20	25,7456	19,295	20.663.864	(6.908.216)	-
Fundo Charme II	EUR	500	50.000	4.391,3713	4391,371	2.195.686	-	-
						<u>22.859.550</u>	<u>(6.908.216)</u>	<u>-</u>
2009 (Reexpresso)								
Natureza e espécie dos títulos	Divisa	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais/(menos) valia potencial	Imparidade (Nota 12)
<i>Instrumentos de capital (acções)</i>								
Iberdrola	EUR	33.408.004	0,75	10,3605	6,670	222.831.387	(123.292.662)	-
Bankinter	EUR	8.000.000	0,3	12,6840	7,150	57.200.000	4.115.482	(48.387.285)
Endesa	EUR	1.070.944	1,2	25,7456	23,945	25.643.754	(1.928.326)	-
						<u>305.675.141</u>	<u>(121.105.506)</u>	<u>(48.387.285)</u>

O Banco Madesant detém uma participação de 7,7% no Fundo Charme II ("Fundo"), um fundo de capital de risco italiano, gerido pela sociedade Montezemolo & Partners SGR S.p.A.. A participação do Banco Madesant foi subscrita em Dezembro de 2008, e tem o valor nominal total de 25.000.000 Euros. Até 31 de Dezembro de 2010 foram desembolsados 3.265.000 Euros, destinados a suportar os custos incorridos pelo Fundo nos investimentos em capital de risco, comissão de gestão e outros. O valor remanescente, 21.735.000 Euros, encontra-se registado na rubrica "Compromissos perante terceiros – irrevogáveis – Subscrição de títulos" (Nota 18).

O Banco Madesant regista em Activos financeiros disponíveis para venda os desembolsos destinados a investimentos do Fundo em participações de capital de risco. O primeiro investimento ocorreu em Maio de 2010, tendo o Banco Madesant entregue ao Fundo o valor de 2.195.686 Euros. Os montantes destinados a outras despesas e comissão de gestão são registados em resultados do exercício. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram registados custos de 499.959 Euros e 514.671 Euros, respectivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
No país:		
- Banco de Portugal – em Euros	7.703.040	29.686.450
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
. Em Euros	86.528.953	1.470.735.029
. Em Dólares Norte-Americanos	823.230.056	-
	<u>917.462.049</u>	<u>1.500.421.479</u>
Juros a receber	11.671.076	4.918.637
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(894.547)	-
	<u>928.238.578</u>	<u>1.505.340.116</u>
	=====	=====

A rubrica “Banco de Portugal” inclui o depósito constituído para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Este depósito é remunerado e corresponde a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
. Em Euros	1.474.940.000	1.578.200.000
	<u>1.474.940.000</u>	<u>1.578.200.000</u>
Juros a receber	25.236.161	23.253.942
	<u>1.500.176.161</u>	<u>1.601.453.942</u>
	=====	=====

7. DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	
	<u>Nocional</u>	
	<u>Compra</u>	<u>Venda</u>
Mercado de balcão		
<i>Contratos de taxa de câmbio</i>		
Swaps	824.835.616	823.230.055
Forwards	13.699.403	13.672.736
	<u>838.535.019</u>	<u>836.902.791</u>
	=====	=====
		<u>2.077.110</u>

O Banco Madesant realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, para cobertura de posições.

Todos os instrumentos derivados são registados ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os derivados fora de bolsa mantidos pelo Banco Madesant são transaccionados em mercados activos, sendo a respectiva avaliação calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente a actualização de fluxos de caixa.

O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco Madesant não tinha operações de derivados de cobertura.

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis e nos activos intangíveis durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010									
	Saldos em 31/12/2009		Adições	Abates		Amortizações do exercício	Saldos em 31/12/2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outros activos tangíveis									
Obras em edifícios arrendados	86.009	60.203				4.077	86.009	64.280	21.729
Equipamento:									
Mobiliário e material	39.452	28.341	-	-	-	2.869	39.452	31.210	8.242
Máquinas e ferramentas	11.545	10.302	-	556	556	955	10.989	10.701	288
Equipamento informático	87.945	85.367	1.069	21.574	21.574	2.388	67.440	66.181	1.259
Equipamento de transmissão	12.007	6.967	-	686	686	694	11.321	6.975	4.346
Equipamento de ambiente	5.663	4.479	217	249	249	579	5.631	4.809	822
Material de transporte	168.447	102.325	178.408	123.447	108.017	45.862	223.407	40.170	183.237
Equipamento de segurança	17.609	15.515	-	5.876	5.876	326	11.733	9.965	1.768
Outro equipamento	140	140	-	45	45	-	95	95	-
Património artístico	4.335	4.335	-	-	-	-	4.335	4.335	-
	<u>433.152</u>	<u>317.974</u>	<u>179.694</u>	<u>152.433</u>	<u>137.003</u>	<u>57.750</u>	<u>460.412</u>	<u>238.721</u>	<u>221.691</u>
Activos intangíveis									
Sistema de tratamento de dados	10.263	10.263	-	-	-	-	10.263	10.263	-
Goodwill	6.085.334	-	-	-	-	-	6.085.334	-	6.085.334
	<u>6.095.597</u>	<u>10.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.095.597</u>	<u>10.263</u>	<u>6.085.334</u>
	<u>6.528.749</u>	<u>328.237</u>	<u>179.694</u>	<u>152.433</u>	<u>137.003</u>	<u>57.750</u>	<u>6.556.009</u>	<u>248.984</u>	<u>6.307.025</u>
2009 (Reexpresso)									
	Saldos em 31/12/2008		Adições	Abates		Amortizações do exercício	Saldos em 31/12/2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		Valor bruto	Amortizações		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outros activos tangíveis									
Obras em edifícios arrendados	86.009	55.932	-	-	-	4.271	86.009	60.203	25.806
Equipamento:									
Mobiliário e material	39.452	25.470	-	-	-	2.869	39.452	28.339	11.113
Máquinas e ferramentas	11.545	9.342	-	-	-	961	11.545	10.303	1.242
Equipamento informático	87.256	76.603	689	-	-	8.767	87.945	85.370	2.575
Equipamento de transmissão	12.007	6.273	-	-	-	694	12.007	6.967	5.040
Equipamento de ambiente	5.663	4.117	-	-	-	362	5.663	4.479	1.184
Material de transporte	162.547	94.425	45.000	39.100	34.213	42.112	168.447	102.324	66.123
Equipamento de segurança	17.609	14.141	-	-	-	1.373	17.609	15.514	2.095
Outro equipamento	45	45	95	-	-	95	140	140	-
Património artístico	4.335	4.335	-	-	-	-	4.335	4.335	-
	<u>426.468</u>	<u>290.683</u>	<u>45.784</u>	<u>39.100</u>	<u>34.213</u>	<u>61.504</u>	<u>433.152</u>	<u>317.974</u>	<u>115.178</u>
Activos intangíveis									
Sistema de tratamento de dados	10.263	10.263	-	-	-	-	10.263	10.263	-
Goodwill	6.085.334	-	-	-	-	-	6.085.334	-	6.085.334
	<u>6.095.597</u>	<u>10.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.095.597</u>	<u>10.263</u>	<u>6.085.334</u>
	<u>6.522.065</u>	<u>300.946</u>	<u>45.784</u>	<u>39.100</u>	<u>34.213</u>	<u>61.504</u>	<u>6.528.749</u>	<u>328.237</u>	<u>6.200.512</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

9. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Outras operações activas a regularizar (Nota 34)	2.473.490	2.473.490
Rendimentos a receber por serviços bancários prestados (Nota 21)	427.961	183.434
Despesas com custo diferido	7.921	168.287
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a recuperar – pagamento especial por conta	7.000	9.500
Devedores diversos	33	33
	<u>2.916.405</u>	<u>2.834.744</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica “Despesas com custo diferido” incluía um montante de 160.723 Euros referentes ao pagamento antecipado da comissão trimestral relativa à garantia recebida do Banco Santander S.A. no âmbito dos contratos celebrados com a Administração Liquidatária da Lehman Brothers International Europe, ao abrigo do acordo de transferência de activos do Banco Madesant que se encontravam bloqueados (Notas 18, 21 e 34).

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
No estrangeiro:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
Empréstimos		
Depósitos em Euros	-	-
Descobertos em depósitos à ordem	3.178	4.052
Juros a pagar	-	-
	<u>3.178</u>	<u>4.052</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Recursos de outras instituições de crédito – Empréstimos” corresponde ao montante utilizado de uma linha de tesouraria que o Banco Madesant tem contratado com uma entidade do Grupo Santander, até ao montante total equivalente a 25.000.000 Euros (125.000.000 Euros em 31 de Dezembro de 2009) (Nota 18).

11. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
No país:		
- Entidades inseridas no Grupo Santander		
Depósitos em Euros	449.346.507	961.521.824
Juros a pagar	14.484	5.379
	<u>449.360.991</u>	<u>961.527.203</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	48.387.285	-	-	(48.387.285)	-

	2009 (Reexpresso)					
	Saldos iniciais	Efeito da reexpressão (Nota 1.3)	Saldos iniciais (reexpresso)	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4)	-	48.387.285	48.387.285	-	-	-

13. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	(Reexpresso) 2009
Empréstimo subordinado	623.497.371	623.497.371
Juros a pagar	3.449.438	3.731.743
	=====	=====
	626.946.809	627.229.114
	=====	=====

Em 22 de Julho de 1998, foi realizado um contrato de empréstimo subordinado entre a FFB – Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. (entidade sediada na Região Autónoma da Madeira e inserida no Grupo Santander) e o Banco Madesant por forma a que a dívida subordinada seja considerada como fundos próprios. O montante do empréstimo ascende a 623.497.371 Euros, os juros são pagos semestral e postecipadamente em Janeiro e Julho de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Libor a seis meses acrescida de 0,125 pontos, divulgada pela Reuters nos dois dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado após autorização prévia do Banco de Portugal.

14. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	(Reexpresso) 2009
Custos a pagar com pessoal	587.637	556.419
Retenção de impostos na fonte	20.081	18.332
Contribuições para a segurança social	14.773	14.392
IVA a pagar	12.365	9.971
Comissões de intermediação (Nota 21)	-	3.135.434
Outros custos a pagar	202.708	125.557
	=====	=====
	837.564	3.860.105
	=====	=====

15. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Sociedade está representado por uma quota de 24.840,14 Euros, pertencente ao sócio Holbah, Limited, e outra de 100 Euros, pertencente ao sócio Santander Bank & Trust Ltd. (entidades inseridas no Grupo Santander), encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

16. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em conformidade com os Estatutos da Sociedade, na reunião da Gerência celebrada em 17 de Julho de 1998 foi aprovado chamar os sócios a entrar para a Sociedade, a título de prestações suplementares, com uma contribuição de 232.288.000 milhares de Escudos Portugueses (1.158.647.659 Euros). Esta contribuição não vence juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelos sócios e verificados os condicionalismos legais.

17. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Reserva legal	4.164.793	3.718.721
Outras reservas	70.419.175	64.849.175
Resultados transitados	786.016.045	955.571.394
	-----	-----
	860.600.013	1.024.139.290
	-----	-----
Dividendos antecipados	(250.000.000)	-
	-----	-----
	610.600.013	1.024.139.290
	=====	=====

Em conformidade com o disposto no Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº201/2002, de 25 de Setembro, a Sociedade e o Banco Madesant, a nível das suas contas individuais, deverão destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade ou do Banco Madesant, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante das reservas indisponíveis do Banco Madesant ascende a 73.886.449 Euros e 68.728.649 Euros, respectivamente.

Em reunião de Assembleia Geral realizada em 28 de Dezembro de 2009, foi deliberada a distribuição de resultados transitados no montante de 300.000.000 Euros.

Em reunião de Assembleia Geral realizada em 30 de Abril de 2010, foi deliberada a distribuição de resultados transitados no montante de 223.700.000 Euros.

Em reunião do Conselho de Gerência realizada em 29 de Outubro de 2010, foi deliberada a distribuição de dividendos antecipados sobre o resultado do exercício de 2010 no montante de 250.000.000 Euros.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a determinação do resultado líquido consolidado pode ser resumida como segue:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Lucro líquido individual da Sociedade	800.163.695	4.460.725
Lucro líquido do Banco Madesant	(167.185.977)	51.577.998
	-----	-----
	852.526.743	56.038.723
	-----	-----
Anulação dividendos	(800.000.000)	-
Transformação de provisões para crédito em imparidade	(1.032.601)	4.122.000
	-----	-----
	(168.054.883)	60.160.723
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Compromissos perante terceiros - irrevogáveis:		
- Contratos a prazo de depósitos:		
. A receber	-	-
. A constituir	123.926.397	500.449.987
- Subscrição de títulos (Nota 4)	21.735.000	24.430.644
Compromissos assumidos por terceiros - irrevogáveis:		
- Linhas de crédito – Entidade inserida no Grupo Santander (Nota 10)		
. Derivados de cobertura	298.056.272	-
. Depósitos	25.000.000	125.000.000
Garantias recebidas (Nota 34)	-	102.259.757

19. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades	86	2.329
Juros de aplicações:		
- Em instituições de crédito no país	191.168	347.814
- Em instituições de crédito no estrangeiro	15.469.414	23.958.134
- De crédito ao exterior	37.062.218	58.892.446
Outros juros e rendimentos similares:		
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	765
- “Swaps” de divisa	-	2.016.951
- Outros	109	10.133
	52.722.995	85.228.572
	=====	=====
Juros e encargos similares:		
De recursos em instituições de crédito no estrangeiro	4.905	35.284
De recursos de clientes	1.708.046	6.669.030
Juros de passivos subordinados	7.245.272	13.701.748
Outros juros e custos equiparados:		
- “Swaps” de divisa	968.237	-
	9.926.460	20.406.062
	=====	=====

20. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, a totalidade do saldo desta rubrica na demonstração dos resultados refere-se a dividendos recebidos de activos financeiros disponíveis para venda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Administração de valores	1.356.155 =====	2.568.022 =====
Encargos com serviços e comissões:		
Por garantias recebidas	794.965	411.264
Operações sobre instrumentos financeiros		
- Fundo Charme II (Nota 4)	499.959	514.671
- Outras	197.795	3.135.434
Operações realizadas por terceiros	253.249	481.226
Serviços bancários	-	86
Outras	7.085	7.835
	1.753.053 =====	4.550.516 =====

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Administração de valores" refere-se às comissões por serviços de administração de valores que o Banco Madesant presta a entidades financeiras inseridas no Grupo Santander. Estas comissões são cobradas trimestral e postecipadamente (Nota 9).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Encargos com serviços e comissões – Por garantias recebidas" refere-se a comissões suportadas por duas garantias prestadas pelo Banco Santander S.A. no âmbito dos contratos celebrados com a Administração Liquidatária da Lehman Brothers International Europe, ao abrigo do acordo de transferência de activos do Banco Madesant que se encontravam bloqueados (Notas 18 e 34).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Encargos com serviços e comissões – Operações sobre instrumentos financeiros – Outras" respeita a comissões a pagar a uma sociedade alemã que angariou o comprador para a posição detida pelo Banco na Cepsa alienada no exercício de 2008 (Nota 14).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

22. LUCROS LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		
- À vista	(1.667.202)	(1.551.846)
- A prazo	14.534	1.334.341
	<u>(1.652.668)</u>	<u>(217.505)</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Ganhos realizados na venda de activos financeiros disponíveis para venda	-	12.852.159
- Perdas realizadas na venda de activos financeiros disponíveis para venda	(179.549.025)	(737.649)
	<u>(179.549.025)</u>	<u>12.114.510</u>
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido):		
- Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	(27.635.125)	(36.931.407)
- Ganhos e perdas em derivados de cobertura e instrumentos cobertos	(561.324)	6.731.475
	<u>(28.196.449)</u>	<u>(30.199.932)</u>
	<u>(209.398.142)</u>	<u>(18.302.927)</u>
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Perdas realizadas na venda de activos financeiros disponíveis para venda" refere-se à menos valia reconhecida em resultados do exercício com a alienação da totalidade das acções detidas no capital social das sociedades Iberdrola e Bankinter, nos montantes de 164.384.510 Euros e de 63.551.800 Euros, respectivamente.

23. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Remuneração de:		
- Órgãos de gestão e de fiscalização	501.654	446.605
- Empregados	560.267	541.708
	<u>1.061.921</u>	<u>988.313</u>
Encargos sociais	143.872	138.760
Outros custos com o pessoal	466.160	448.108
	<u>1.671.953</u>	<u>1.575.181</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

24. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	(Reexpresso) <u>2009</u>
Fornecimentos de terceiros:		
Água, energia e combustíveis	13.105	12.247
Impressos e material de uso corrente	5.602	6.333
Outros	8.910	8.036
Serviços de terceiros:		
Comunicações	82.433	84.215
Rendas	67.684	66.531
Publicidade	38.830	26.294
Deslocações e estadas	17.222	23.721
Aluguer de outro equipamento	7.204	7.339
Outros	22.007	27.393
Outros serviços de terceiros:		
Informática	231.517	221.753
Advogados	104.693	1.886.287
Consultoria	37.058	10.092
Outros	153.067	136.777
	-----	-----
	789.332	2.517.018
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros serviços de terceiros – Advogados” inclui um total de 1.836.314 Euros referentes a custos suportados pelo Banco Madesant no âmbito do contrato de transferência de activos do Banco anteriormente depositados junto da Lehman Brothers International Europe e que se encontravam bloqueados (Nota 34).

Os honorários facturados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica “Outros serviços de terceiros – Outros”, e apresentam o seguinte detalhe:

<u>Tipo de serviços</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Revisão legal das contas anuais	18.373	18.214
Outros serviços de garantia de fiabilidade	75.212	69.657
Consultoria fiscal	24.921	5.998
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	-	-
	-----	-----
	118.506	93.869
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

25. EFFECTIVOS

Durante os exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade não teve empregados ao seu serviço. A gestão é efectuada directamente pelos gerentes da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o quadro de pessoal do Banco Madesant é constituído por dez funcionários, com a seguinte distribuição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Administração	1	1
Direcção	2	2
Técnicos	6	6
Administrativos	1	1
	----	----
	10	10
	==	==

26. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante os exercícios findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros da Gerência e outros órgãos sociais da Sociedade ascenderam a 11.221 Euros e 10.142 Euros, respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram atribuídos aos membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais do Banco Madesant remunerações e outros encargos nos montantes de 735.260 Euros e 683.554 Euros, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não foram efectuadas quaisquer transacções entre a Sociedade ou o Banco Madesant e os membros dos órgãos Sociais da Sociedade ou do Banco Madesant.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

27. RELATO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a totalidade dos elementos do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados da Sociedade resultaram de operações efectuadas na Zona Franca da Madeira.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a segmentação dos resultados consolidados da Sociedade por linhas de negócio é a seguinte:

	2010			
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	Total
<i>Margem financeira</i>				
Juros e rendimentos similares	-	52.722.995	-	52.722.995
Juros e encargos similares	-	(9.926.460)	-	(9.926.460)
<i>Produto da actividade</i>				
Rendimentos de instrumentos de capital	1.829.667	-	-	1.829.667
Rendimentos de serviços e comissões	-	1.356.155	-	1.356.155
Encargos com serviços e comissões	(1.745.968)	(7.085)	-	(1.753.053)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(28.196.449)	-	-	(28.196.449)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	(179.549.025)	-	-	(179.549.025)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	-	(1.652.668)	-	(1.652.668)
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(3.086)	(3.086)
Outros resultados de exploração	(11.400)	(120.947)	(70.796)	(203.143)
<i>Outros resultados</i>				
Custos com pessoal	-	-	(1.671.953)	(1.671.953)
Gastos gerais administrativos	-	-	(789.332)	(789.332)
Depreciações e amortizações	-	-	(57.750)	(57.750)
Provisões e imparidades líquidas	-	-	-	-
Impostos correntes	-	-	(160.781)	(160.781)
Resultado líquido do exercício	<u>(207.673.175)</u>	<u>42.371.990</u>	<u>(2.753.698)</u>	<u>(168.054.883)</u>
	2009 (Reexpresso)			
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	Total
<i>Margem financeira</i>				
Juros e rendimentos similares	765	85.227.807	-	85.228.572
Juros e encargos similares	-	(20.406.062)	-	(20.406.062)
<i>Produto da actividade</i>				
Rendimentos de instrumentos de capital	20.009.892	-	-	20.009.892
Rendimentos de serviços e comissões	-	2.568.022	-	2.568.022
Encargos com serviços e comissões	(4.542.681)	(7.835)	-	(4.550.516)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(36.931.407)	6.731.475	-	(30.199.932)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	12.114.510	-	-	12.114.510
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	-	(217.505)	-	(217.505)
Resultados de alienação de outros activos	-	-	(978)	(978)
Outros resultados de exploração	-	20.000	(242.887)	(222.887)
<i>Outros resultados</i>				
Custos com pessoal	-	-	(1.575.181)	(1.575.181)
Gastos gerais administrativos	(1.836.314)	-	(680.704)	(2.517.018)
Depreciações e amortizações	-	-	(61.504)	(61.504)
Provisões e imparidades líquidas	-	-	-	-
Impostos correntes	-	-	(8.690)	(8.690)
Resultado líquido do exercício	<u>(11.185.235)</u>	<u>73.915.902</u>	<u>(2.569.944)</u>	<u>60.160.723</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a segmentação do balanço consolidado da Sociedade por linhas de negócio é a seguinte:

2010				
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	Total
<i>Activos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	477	477
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	148.346	-	148.346
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	208.892.684	-	-	208.892.684
Activos Financeiros disponíveis para venda	22.859.550	-	-	22.859.550
Aplicações em instituições de crédito	-	928.238.578	-	928.238.578
Crédito a clientes	-	1.500.176.161	-	1.500.176.161
Derivados de cobertura	-	3.266.800	-	3.266.800
Outros activos tangíveis	-	-	221.691	221.691
Activos intangíveis	-	-	6.085.334	6.085.334
Outros activos	2.473.490	427.961	14.954	2.916.405
	<u>234.225.724</u>	<u>2.432.257.846</u>	<u>6.322.456</u>	<u>2.672.806.026</u>
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.178	-	3.178
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	449.360.991	-	449.360.991
Derivados de cobertura	-	1.189.690	-	1.189.690
Provisões	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	158.281	158.281
Outros passivos subordinados	-	626.946.809	-	626.946.809
Outros passivos	-	-	837.564	837.564
	<u>-</u>	<u>1.077.500.668</u>	<u>995.845</u>	<u>1.078.496.513</u>
<i>Capitais próprios</i>				
Capital	-	-	24.940	24.940
Outros instrumentos de capital	-	-	1.158.647.659	1.158.647.659
Reservas de reavaliação	(6.908.216)	-	-	(6.908.216)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	860.600.013	860.600.013
Dividendos antecipados	-	-	(250.000.000)	(250.000.000)
Lucro do exercício	(207.673.175)	42.371.990	(2.753.698)	(168.054.883)
	<u>(214.581.391)</u>	<u>42.371.990</u>	<u>1.766.518.914</u>	<u>1.594.309.513</u>
	<u>(214.581.391)</u>	<u>1.119.872.658</u>	<u>1.767.514.759</u>	<u>2.672.806.026</u>
2009 (Reexpresso)				
	Banca de Investimento	Banca Comercial	Outros	Total
<i>Activos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	2.152	2.152
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	218.743	-	218.743
Activos financeiros detidos para negociação	16.106.922	-	-	16.106.922
Outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	276.661.528	-	-	276.661.528
Activos Financeiros disponíveis para venda	305.675.141	-	-	305.675.141
Aplicações em instituições de crédito	-	1.505.340.116	-	1.505.340.116
Crédito a clientes	-	1.601.453.942	-	1.601.453.942
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	115.178	115.178
Activos intangíveis	-	-	6.085.334	6.085.334
Outros activos	2.634.009	183.434	17.301	2.834.744
	<u>601.077.600</u>	<u>3.107.196.235</u>	<u>6.219.965</u>	<u>3.714.493.800</u>
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.052	-	4.052
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	961.527.203	-	961.527.203
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	6.220	6.220
Outros passivos subordinados	-	627.229.114	-	627.229.114
Outros passivos	3.135.434	-	724.671	3.860.105
	<u>3.135.434</u>	<u>1.588.760.369</u>	<u>730.891</u>	<u>1.592.626.694</u>
<i>Capitais próprios</i>				
Capital	-	-	24.940	24.940
Outros instrumentos de capital	-	-	1.158.647.659	1.158.647.659
Reservas de reavaliação	(121.105.506)	-	-	(121.105.506)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	1.024.139.290	1.024.139.290
Lucro do exercício	(11.185.235)	73.915.902	(2.569.944)	60.160.723
	<u>(132.290.741)</u>	<u>73.915.902</u>	<u>2.180.241.945</u>	<u>2.121.867.106</u>
	<u>(129.155.307)</u>	<u>1.662.676.271</u>	<u>2.180.972.836</u>	<u>3.714.493.800</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

28. CARGA FISCAL

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito, ou seja, de seis anos (para os exercícios de 2005 a 2009) ou de quatro anos (para os exercícios de 2010 e seguintes). Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2007 a 2010 (esta última ainda não submetida) poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo ainda passíveis de análise os exercícios de 2005 e 2006, caso os prejuízos fiscais desses exercícios sejam efectivamente utilizados, até 2011 e 2012, respectivamente.

Dado a Sociedade estar sediada na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os seus rendimentos, desde que provenientes de participações em entidades sediadas fora da União Europeia ou instaladas em Zonas Francas portuguesas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

Dado o Banco Madesant estar sedado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações, desde que efectuadas apenas com entidades não residentes em Portugal ou com entidades instaladas nas zonas francas portuguesas e o Banco se abstenha de efectuar operações relativas a instrumentos financeiros derivados (excepto quando essas operações tenham como objectivo a cobertura de operações activas e passivas afectas à estrutura instalada nas zonas francas), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

Os montantes de custos com impostos correntes reconhecidos em 2010 e 2009 referem-se principalmente a tributação autónoma no valor de 158.281 Euros e 6.220 Euros, respectivamente. Em 2010, foram registados 152.355 Euros relativos à tributação autónoma excepcional do sector financeiro de acordo com o artigo 90.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril (Orçamento do Estado para 2010),

29. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais individuais da Sociedade e do Banco Madesant são consolidadas com as do Banco Santander, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

30. PARTES RELACIONADAS

Para além da informação apresentada na Nota 26 relativamente aos saldos e operações realizadas com os membros dos órgãos Sociais da Sociedade e do Banco Madesant, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados da Sociedade que têm origem em operações realizadas com entidades relacionadas (entidades do Grupo Santander) têm a seguinte composição:

	2010	(Reexpresso) 2009
Balanço		
<i>Activos</i>		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	208.892.684	276.661.528
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	920.530.617	1.475.635.524
Crédito a clientes	1.500.176.161	1.601.453.942
Derivados de cobertura	3.266.800	-
Outros activos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Outros activos	427.961	343.953
<i>Passivos</i>		
Recursos de outras instituições de crédito	3.178	4.052
Recursos de clientes e outros empréstimos	449.360.991	961.527.203
Derivados de cobertura	1.189.690	-
Outros passivos subordinados	626.946.809	627.229.114
Outros passivos	-	-
<i>Situação líquida</i>		
Outros instrumentos de capital	1.158.647.659	1.158.647.659
	2010	(Reexpresso) 2009
Demonstração dos resultados		
<i>Margem financeira</i>		
Juros e rendimentos similares	52.531.632	84.867.531
Juros e encargos similares	(9.926.460)	(20.406.062)
<i>Produto da actividade</i>		
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	1.356.155	2.568.022
Encargos com serviços e comissões	(1.001.495)	(427.837)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	(28.591.816)	(77.044.695)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	14.534	1.334.341
Outros resultados de exploração	20.000	20.000
Gastos gerais administrativos	(256.774)	(246.052)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros resultados de exploração" corresponde a serviços de gestão prestados pelo Banco Madesant a outra entidade inserida no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

31. JUSTO VALOR**Justo valor**

Sempre que possível, a Sociedade estimou o justo valor utilizando cotações em mercados activos ou técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pela Sociedade. No entanto, em determinadas circunstâncias, incluindo nomeadamente crédito a clientes, não existe actualmente um mercado activo em Portugal com transacções entre contrapartes igualmente conhecedoras e interessadas em efectuar essas transacções. Desta forma, a Sociedade desenvolveu técnicas de valorização internas para estimar qual poderia ser o justo valor desses instrumentos financeiros.

As técnicas de valorização utilizadas são necessariamente subjectivas e envolvem a assumpção de um conjunto de pressupostos.

Na medida em que existe uma diversidade de técnicas de valorização utilizadas e é necessário assumir determinados pressupostos, comparações de justo valor entre diferentes instituições financeiras podem não ter significado. Adicionalmente, o justo valor apresentado para uma parte dos instrumentos financeiros não corresponderá ao seu valor de realização num cenário de venda ou de liquidação. Consequentemente, os leitores das demonstrações financeiras da Sociedade são aconselhados a ser cautelosos na utilização desta informação, nomeadamente para efeitos de avaliação da situação financeira da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros e o respectivo justo valor pode ser resumido como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2010					
	Valor nominal	Juros e prémios corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	477	-	-	477	477	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	148.346	-	-	148.346	148.346	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	208.892.684	-	-	208.892.684	208.892.684	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22.859.550	-	-	22.859.550	22.859.550	-
Aplicações em instituições de crédito	917.462.049	11.671.076	(894.547)	928.238.578	935.327.635	7.089.057
Crédito a clientes	1.474.940.000	25.236.161	-	1.500.176.161	1.541.503.839	41.327.678
Derivados de cobertura	2.350.528	-	916.272	3.266.800	3.266.800	-
Outros activos	2.901.451	-	-	2.901.451	2.901.451	-
	<u>2.629.555.085</u>	<u>36.907.237</u>	<u>21.725</u>	<u>2.666.484.047</u>	<u>2.714.900.782</u>	<u>48.416.735</u>
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(3.178)	-	-	(3.178)	(3.178)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(449.346.506)	(14.485)	-	(449.360.991)	(449.354.430)	6.561
Derivados de cobertura	-	(621.175)	(568.515)	(1.189.690)	(1.189.690)	-
Outros passivos subordinados	(623.497.371)	(3.449.438)	-	(626.946.809)	(627.156.462)	(209.653)
	<u>(1.072.847.055)</u>	<u>(4.085.098)</u>	<u>(568.515)</u>	<u>(1.077.500.668)</u>	<u>(1.077.703.760)</u>	<u>(203.092)</u>
Diferenças de reavaliação dos activos financeiros reconhecidos nas reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	(6.908.216)
Total	<u>1.556.708.030</u>	<u>32.822.139</u>	<u>(546.790)</u>	<u>1.588.983.379</u>	<u>1.637.197.022</u>	<u>41.305.427</u>
Tipo de instrumento financeiro	2009 (reexpresso)					
	Valor nominal	Juros e prémios corridos	Correcções de valor	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.152	-	-	2.152	2.152	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	218.743	-	-	218.743	218.743	-
Activos financeiros detidos para negociação	16.106.922	-	-	16.106.922	16.106.922	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	276.661.528	-	-	276.661.528	276.661.528	-
Activos financeiros disponíveis para venda	305.675.141	-	-	305.675.141	305.675.141	-
Aplicações em instituições de crédito	1.500.421.479	4.918.637	-	1.505.340.116	1.514.149.541	8.809.425
Crédito a clientes	1.578.200.000	23.253.942	-	1.601.453.942	1.645.900.323	44.446.381
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros activos	2.656.924	-	-	2.656.924	2.656.924	-
	<u>3.679.942.889</u>	<u>28.172.579</u>	<u>-</u>	<u>3.708.115.468</u>	<u>3.761.371.274</u>	<u>53.255.806</u>
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	(4.052)	-	-	(4.052)	(4.052)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(961.521.823)	(5.380)	-	(961.527.203)	(961.399.636)	127.567
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(623.497.371)	(3.731.743)	-	(627.229.114)	(627.566.731)	(337.617)
	<u>(1.585.023.246)</u>	<u>(3.737.123)</u>	<u>-</u>	<u>(1.588.760.369)</u>	<u>(1.588.970.419)</u>	<u>(210.050)</u>
Diferenças de reavaliação dos activos financeiros reconhecidos nas reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	(121.105.506)
Total	<u>2.094.919.643</u>	<u>24.435.456</u>	<u>-</u>	<u>2.119.355.099</u>	<u>2.172.400.855</u>	<u>(68.059.750)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado o justo valor, este foi apurado tendo por base as condições de mercado que seriam aplicáveis a operações similares nas respectivas datas de referência, nomeadamente:

- nas operações interbancárias foram utilizadas taxas de juro de mercado e de swaps;
- nas operações com Clientes foram utilizadas as taxas de juro nas respectivas datas de referência para os mesmos prazos das operações, utilizando-se o valor contabilístico quando este é a melhor aproximação ao justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue:

2010				
Tipo de instrumento financeiro	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações em mercado activo - Nível 1	Técnicas de valorização baseadas em :		
		Dados de mercado - Nível 2	Outros - Nível 3	
<i>Activos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	477	477
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	148.346	148.346
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de	208.892.684	-	-	208.892.684
Activos financeiros disponíveis para venda	20.663.864	-	2.195.686	22.859.550
Aplicações em instituições de crédito	-	833.668.956	101.658.679	935.327.635
Crédito a clientes	-	-	1.541.503.839	1.541.503.839
Derivados de cobertura	-	3.266.800	-	3.266.800
Outros activos	-	-	2.901.451	2.901.451
	229.556.548	836.935.756	1.648.408.478	2.714.900.782
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(3.178)	(3.178)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(449.354.430)	(449.354.430)
Derivados de cobertura	-	(1.189.690)	-	(1.189.690)
Outros passivos subordinados	-	-	(627.156.462)	(627.156.462)
	-	(1.189.690)	(1.076.514.070)	(1.077.703.760)
	229.556.548	835.746.066	571.894.408	1.637.197.022
2009 (reexpresso)				
Tipo de instrumento financeiro	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações em mercado activo - Nível 1	Técnicas de valorização baseadas em :		
		Dados de mercado - Nível 2	Outros - Nível 3	
<i>Activos</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	2.152	2.152
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	218.743	218.743
Activos financeiros detidos para negociação	16.106.922	-	-	16.106.922
Outros activos financeiros ao justo valor através de	276.661.528	-	-	276.661.528
Activos financeiros disponíveis para venda	305.675.141	-	-	305.675.141
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.514.149.541	1.514.149.541
Crédito a clientes	-	-	1.645.900.323	1.645.900.323
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Outros activos	-	-	2.656.924	2.656.924
	598.443.591	-	3.162.927.683	3.761.371.274
<i>Passivos</i>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(4.052)	(4.052)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(961.399.636)	(961.399.636)
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	(627.566.731)	(627.566.731)
	-	-	(1.588.970.419)	(1.588.970.419)
	598.443.591	-	1.573.957.264	2.172.400.855

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A informação dos quadros acima é apresentada de acordo com a hierarquia prevista no IFRS 7 relativamente à metodologia de apuramento do justo valor:

- Nível 1 – esta categoria inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos.
- Nível 2 – neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados, por semelhança, a partir dos preços de instrumentos com características idênticas ou similares ou recorrendo a modelos e parâmetros consensualmente utilizados e aceites pelo mercado para o efeito (parâmetros que são maioritariamente observáveis no mercado, como por exemplo curvas de taxa de juro ou taxas de câmbio).
- Nível 3 – neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados recorrendo a técnicas de valorização internas que utilizam um ou vários inputs relevantes que não são observáveis em mercado.

32. GESTÃO DE RISCO

A adequada gestão e controlo dos riscos resultantes da negociação de instrumentos financeiros utilizados nas diferentes actividades desenvolvidas pela Sociedade e pelo Banco Madesant é assegurada por uma aplicação funcional específica para a gestão de riscos financeiros, dotada dos meios suficientes e adequados para a sua gestão.

Os riscos financeiros gerados pelos instrumentos financeiros são de natureza diversa, conforme a complexidade e natureza das actividades que os geram.

A gestão do risco financeiro é efectuada pelo Comité de Investimentos do Banco Madesant, órgão encarregue de definir e aprovar os objectivos, políticas, procedimentos e metodologia aplicados à gestão dos riscos financeiros, através da criação e desenvolvimento de manuais de gestão específicos para cada tipo de risco financeiro gerado.

Os objectivos, políticas e procedimentos aprovados para a gestão de cada tipo de risco financeiro, estabelecem as bases para a identificação, quantificação, análise, controlo e padrão de informação dos mesmos, a fim de facilitar a gestão óptima do risco financeiro.

O Comité de Investimentos define e aprova limites específicos para cada factor relevante de risco financeiro, cuja revisão periódica permite adaptar a estrutura do negócio do Banco ao nível de risco desejado.

Os relatórios de risco são elaborados sob controlo do Supervisor do Banco Madesant, assegurando uma correcta definição e independência de funções na gestão do risco financeiro.

No exercício de 2008, de acordo com o Aviso nº 5/2008, emitido pelo Banco de Portugal em 25 de Junho, foi nomeada a função de gestão de riscos, que tem como missão assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e a eficácia, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências desse sistema.

Risco de crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco de Crédito no qual se estabelece um padrão adequado de gestão eficaz de risco de crédito, baseado não apenas na existência de sólidos processos de aprovação de crédito mas também numa administração, medição, monitorização e controlos adequados do mesmo.

O Banco Madesant opera com base em critérios de aprovação de crédito eficazes e bem definidos. As decisões acerca da aprovação, modificação, renovação ou refinanciamento dos créditos já existentes é tomada com base num princípio de tratamento equilibrado entre as partes envolvidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

De um modo geral as operações do Banco Madesant em matéria de crédito realizam-se com contrapartes de reconhecida liquidez e tamanho, com larga experiência e presença nos diferentes mercados, seguindo a prática duma política conservadora na gestão dos diversos riscos gerados na actividade do Banco Madesant.

De todas as contrapartes de crédito do Banco Madesant são elaborados análises financeiras e de crédito. Para as diferentes contrapartes são aprovados "ratings internos" gerados a partir das análises referidas, considerando as qualificações de crédito aprovadas por agências de qualificação tais como a Moody's e/ou a Standard & Poor's.

A metodologia definida permite classificar as diferentes contrapartes de forma homogénea, resultando uma proposta de risco baseada em critérios objectivos e quantificáveis. As referidas análises permitem estabelecer limites de crédito, assim como controlar as exposições ao risco de crédito.

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a qualidade ao nível do risco crédito dos activos nos quais não foi registada imparidade ou incumprimentos pode ser resumida conforme segue, de acordo com o valor de balanço:

- Rating divulgado por agências de rating

Classe de activo	2010					
	Ratings					
	AAA	AA	A	BBB	C	N.R.
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	148.346	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	61.529.638	7.707.961	833.668.956	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	2.387.806	-	-	-
Outros activos - dividendos a receber	-	-	-	-	-	2.473.490
	-	61.529.638	10.244.113	833.668.956	-	2.473.490
	-	61.529.638	10.244.113	833.668.956	-	2.473.490

Classe de activo	2009 (reexpresso)					
	Ratings					
	AAA	AA	A	BBB	C	N.R.
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	218.743	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	1.245.742.778	29.704.592	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros activos - dividendos a receber	-	-	-	-	-	2.473.490
	-	1.245.742.778	29.923.335	-	-	2.473.490
	-	1.245.742.778	29.923.335	-	-	2.473.490

- Rating interno apurado para as contrapartes que não apresentam rating pelas agências de rating

Classe de activo	2010				
	Ratings internos				
	AAA	AA	A	BBB	N.R.
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	25.332.023	-	-
Crédito a clientes	-	1.500.176.161	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	878.994	-	-
Outros activos	-	-	427.961	-	-
	-	1.500.176.161	26.638.978	-	-
	-	1.500.176.161	26.638.978	-	-

Classe de activo	2009 (reexpresso)				
	Ratings internos				
	AAA	AA	A	BBB	N.R.
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	229.892.746	-	-
Crédito a clientes	-	1.084.159.939	517.294.003	-	-
Outros activos	-	-	-	183.434	-
	-	1.084.159.939	747.186.749	183.434	-
	-	1.084.159.939	747.186.749	183.434	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2010		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Patrimoniais:			
Crédito a clientes	1.500.176.161	-	1.500.176.161
Derivados de cobertura	2.081.575	-	2.081.575
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	148.346	-	148.346
Aplicações em instituições de crédito	929.133.124	-	929.133.124
Outros activos	2.901.451	-	2.901.451
	<u>2.434.440.657</u>	<u>-</u>	<u>2.434.440.657</u>
Extrapatrimoniais:			
Compromissos irrevogáveis	123.926.397	-	123.926.397
	<u>123.926.397</u>	<u>-</u>	<u>123.926.397</u>
	<u>2.558.367.054</u>	<u>-</u>	<u>2.558.367.054</u>
Tipo de instrumento financeiro	2009 (reexpresso)		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Patrimoniais:			
Crédito a clientes	1.601.453.942	-	1.601.453.942
Derivados de cobertura	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	218.743	-	218.743
Aplicações em instituições de crédito	1.505.340.116	-	1.505.340.116
Outros activos	2.656.924	-	2.656.924
	<u>3.109.669.725</u>	<u>-</u>	<u>3.109.669.725</u>
Extrapatrimoniais:			
Compromissos irrevogáveis	500.449.987	-	500.449.987
	<u>500.449.987</u>	<u>-</u>	<u>500.449.987</u>
	<u>3.610.119.712</u>	<u>-</u>	<u>3.610.119.712</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem activos cujas condições tenham sido objecto de renegociação para fazer face a situações de incumprimento.

Activos financeiros com incumprimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade tem registado na rubrica "Outros Activos" dividendos a receber no montante de 2.473.490 Euros (Nota 9) relacionados com rendimentos dos títulos do Banco Madesant que se encontravam depositados junto da Lehman Brothers e cuja situação se encontra descrita na Nota 34.

Risco de liquidez

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco Estrutural no qual se detalham as políticas, procedimentos e metodologia adoptada, para o controlo e mediação do risco de liquidez para todos os negócios e actividades desenvolvidas no Banco Madesant.

Através do Comité de Investimentos, são analisadas as necessidades de liquidez do Banco Madesant, estabelecendo-se um calendário de vencimentos apropriado com a política de investimentos definida.

Relativamente à gestão do risco de liquidez, o objectivo dos controlos realizados é o de assegurar um financiamento suficiente das actividades e negócios desenvolvidos, assim como manter activos líquidos suficientes para garantir um nível mínimo de liquidez no balanço. Para o efeito calculam-se entre outros os seguintes parâmetros: liquidez acumulada num mês e o coeficiente de liquidez sendo que para estes, existem limites internos aprovados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)
(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2010						
	Prazos contratuais residuais						
	"on demand"	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	477	-	-	-	-	-	477
Disponibilidades em outras instituições de crédito	148.346	-	-	-	-	-	148.346
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	208.892.684	208.892.684
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	22.859.550	22.859.550
Aplicações em instituições de crédito	-	69.242.347	837.552.558	-	2.500.000	22.500.000	931.794.905
Crédito a clientes	-	-	88.540.606	664.115.237	816.649.065	-	1.569.304.908
Outros activos	-	427.961	-	-	-	-	2.901.451
	148.823	69.670.308	926.093.164	664.115.237	819.149.065	22.500.000	2.735.902.321
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	(3.178)	-	-	-	-	-	(3.178)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(449.455.095)	-	-	-	-	(449.455.095)
Outros passivos subordinados	-	(3.936.168)	-	-	-	(623.497.371)	(627.433.539)
	(3.178)	(453.391.263)	-	-	-	(623.497.371)	(1.076.891.812)
	145.645	(383.720.955)	926.093.164	664.115.237	819.149.065	22.500.000	1.659.010.509

	2009 (reexpresso)						
	Prazos contratuais residuais						
	"on demand"	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.152	-	-	-	-	-	2.152
Disponibilidades em outras instituições de crédito	218.743	-	-	-	-	-	218.743
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	16.106.922	16.106.922
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	276.661.528	276.661.528
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	305.675.141	305.675.141
Aplicações em instituições de crédito	-	1.480.369.831	634.219	-	-	25.000.000	1.506.004.050
Crédito a clientes	-	-	536.796.031	14.488.265	1.135.061.221	-	1.686.345.517
Outros activos	-	183.434	-	-	-	-	2.656.924
	220.895	1.480.553.265	537.430.250	14.488.265	1.135.061.221	25.000.000	3.793.670.977
Passivos							
Recursos de outras instituições de crédito	(4.052)	-	-	-	-	-	(4.052)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(961.531.208)	-	-	-	-	(961.531.208)
Outros passivos subordinados	-	(4.212.520)	-	-	-	(623.497.371)	(627.709.891)
	(4.052)	(965.743.728)	-	-	-	(623.497.371)	(1.589.245.151)
	216.843	514.809.537	537.430.250	14.488.265	1.135.061.221	25.000.000	2.204.425.826

Em 31 de Dezembro de 2010, os cash flows contratuais não descontados relativos aos derivados de cobertura, apresentam a seguinte composição por prazos residuais:

	2010						
	Prazos contratuais residuais						
	"on demand"	até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Activos	-	-	838.535.019	-	-	-	838.535.019
Passivos	-	-	(836.902.791)	-	-	-	(836.902.791)
	-	-	1.632.227	-	-	-	1.632.227

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de mercado

Risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos cash-flows dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo:

- risco cambial
- risco de taxa de juro
- outro risco de preço. Este risco está associado a variações ao nível dos preços de mercados (excluindo as variações associadas ao risco cambial ou ao risco de taxa de juro) resultantes de variações em factores específicos de cada instrumento financeiro ou de factores que afectem todos os instrumentos financeiros similares transaccionados no mercado.

Risco de preço e risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes globais dos activos e passivos financeiros por moeda, convertidos para Euros, apresentam a seguinte composição:

2010						
Euros	Taxa de juro média	Dólares Norte Americanos	Taxa de juro média	Francos Suíços	Taxa de juro média	Total
<i>Activos</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	477	n.a.	-	-	-	477
Disponibilidades em outras instituições de crédito	148.346	n.a.	-	-	-	148.346
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Out. activos fin. ao justo valor através de resultados	208.892.684	n.a.	-	-	-	208.892.684
Activos financeiros disponíveis para venda	22.859.550	n.a.	-	-	-	22.859.550
Aplicações em instituições de crédito	94.569.622	4,54%	833.668.956	1,76%	-	928.238.578
Crédito a clientes	1.500.176.161	4,04%	-	-	-	1.500.176.161
Derivados de cobertura	2.372.253	n.a.	894.547	n.a.	-	3.266.800
Outros activos	2.901.451	n.a.	-	-	-	2.901.451
	<u>1.831.920.544</u>		<u>834.563.503</u>			<u>2.666.484.047</u>
<i>Passivos</i>						
Recursos de outras instituições de crédito	(1.431)	n.a.	(1.747)	n.a.	-	(3.178)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(449.360.991)	0,58%	-	-	-	(449.360.991)
Derivados de cobertura	(1.189.690)	n.a.	-	-	-	(1.189.690)
Outros passivos subordinados	(626.946.809)	1,22%	-	-	-	(626.946.809)
	<u>(1.077.498.921)</u>		<u>(1.747)</u>			<u>(1.077.500.668)</u>
	<u>754.421.623</u>		<u>834.561.756</u>			<u>1.588.983.379</u>
2009 (reexpresso)						
Euros	Taxa de juro média	Dólares Norte Americanos	Taxa de juro média	Francos Suíços	Taxa de juro média	Total
<i>Activos</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.152	n.a.	-	-	-	2.152
Disponibilidades em outras instituições de crédito	218.743	n.a.	-	-	-	218.743
Activos financeiros detidos para negociação	16.106.922	n.a.	-	-	-	16.106.922
Out. activos fin. ao justo valor através de resultados	276.661.528	n.a.	-	-	-	276.661.528
Activos financeiros disponíveis para venda	305.675.141	n.a.	-	-	-	305.675.141
Aplicações em instituições de crédito	1.505.340.116	2,03%	-	-	-	1.505.340.116
Crédito a clientes	1.601.453.942	4,18%	-	-	-	1.601.453.942
Derivados de cobertura	-	n.a.	-	-	-	-
Outros activos	2.656.924	n.a.	-	-	-	2.656.924
	<u>3.708.115.468</u>		<u>-</u>			<u>3.708.115.468</u>
<i>Passivos</i>						
Recursos de outras instituições de crédito	(3.578)	n.a.	(474)	n.a.	-	(4.052)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(961.527.203)	0,01%	-	-	-	(961.527.203)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	(627.229.114)	1,32%	-	-	-	(627.229.114)
	<u>(1.588.759.895)</u>		<u>(474)</u>			<u>(1.588.760.369)</u>
	<u>2.119.355.573</u>		<u>(474)</u>			<u>2.119.355.099</u>

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco de Mercado no qual estão detalhados a política, os procedimentos e a metodologia adoptadas, relativamente ao controlo e medição do risco de mercado nos seus diferentes factores de risco: risco de preço e risco cambial.

O Banco Madesant tem desenvolvido ferramentas de controlo a fim de identificar e limitar as possíveis concentrações de risco de mercado, segundo a natureza do activo ou instrumento financeiro, concentração do risco do país, riscos em produtos derivados de cobertura, entre outros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Como medida standard de risco de mercado o Banco Madesant utiliza as medições do “Value at Risk” (VaR) por simulação histórica que resume de modo apropriado a exposição ao risco de mercado resultante das actividades. O VaR mede a máxima perda potencial que em condições normais pode gerar a posição da carteira, com um determinado grau de certeza estatística (nível de confiança) num horizonte temporal definido. O Banco dispõe de ferramentas desenhadas para o cálculo do “Value at Risk” assim como para o cálculo e avaliação de riscos financeiros, utilizando cenários de Stress-Test em diferentes hipóteses de maior ou menor complexidade.

Os valores apurados de Value at Risk podem ser decompostos da seguinte forma:

	Value at Risk	
	31-12-2010	31-12-2009
VaR de mercado:		
Taxa de juro	(1.264.640)	(1.777.302)
Cambial	(224)	-
Acções	(12.434.942)	(29.065.910)
Efeito diversificação	1.984.785	2.373.834
	<u>(11.715.021)</u>	<u>(28.469.378)</u>

O Value at Risk pode ser decomposto por moeda como segue:

	Value at Risk	
	31-12-2010	31-12-2009
Moeda		
EUR	(11.715.059)	(28.469.378)
USD	(202)	-
Efeito diversificação	240	-
	<u>(11.715.021)</u>	<u>(28.469.378)</u>

Risco de taxa de juro

O Banco Madesant dispõe de um Manual de Risco Estrutural no qual se detalham as políticas, procedimentos e metodologias adoptadas, para o controlo e medição do risco de taxa de juro para todos os negócios e actividades desenvolvidas no Banco Madesant.

A metodologia aplicada na gestão do risco de taxa de juro, aplica-se a todos e a cada um dos negócios e actividades desenvolvidas no Banco Madesant.

O controlo do risco de taxa de juro baseia-se no estudo das diferenças (gaps) entre os activos e os passivos sensíveis a variações das taxas de juro, calculando o impacto potencial na margem financeira e valor patrimonial do Banco, procedendo-se à medição de dois parâmetros: Sensibilidade da Margem Financeira (NIM) e Sensibilidade do Valor Patrimonial (VP) num cenário standard de deslocação paralelo de cem pontos básicos nas taxas de juro.

A política principal do Banco Madesant é manter níveis conservadores de risco de taxa de juro, consistentes com a estratégia do negócio. O Banco tem limites aprovados para a Sensibilidade da Margem Financeira e para a Sensibilidade do Valor Patrimonial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Ao nível do risco de taxa de juro, a análise de gaps de repricing com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser decomposta como se segue:

		2010				
		Prazos de repricing				
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos
		Total				
EUR						
Activos		69.670.308	114.190.372	1.351.588.727	131.649.065	-
Passivos		(1.076.890.065)	-	-	-	-
		(1.007.219.757)	114.190.372	1.351.588.727	131.649.065	-
						590.208.407
		2010				
		Prazos de repricing				
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos
		Total				
USD						
Activos		-	836.902.792	-	-	-
Passivos		(1.747)	-	-	-	-
		(1.747)	836.902.792	-	-	-
						836.901.045
		2009 (reexpresso)				
		Prazos de repricing				
		até 1 mês	de 1 mês até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos
		Total				
EUR						
Activos		1.480.553.265	562.430.250	699.488.265	450.061.221	-
Passivos		(1.589.245.152)	-	-	-	-
		(108.691.887)	562.430.250	699.488.265	450.061.221	-
						1.603.287.849

Contabilidade de cobertura

A Sociedade aplica Contabilidade de cobertura relativamente a coberturas de justo valor de aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira.

Os resultados reconhecidos pela Sociedade em 2010 e 2009 relativamente aos elementos cobertos e aos respectivos instrumentos de cobertura podem ser resumidos como segue:

		2010				
		Lucros em operações financeiras	Perdas em operações financeiras	Juros e rendimentos equiparados	Juros e encargos equiparados	Total
<i>Cobertura de justo valor</i>						
<i>Aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira</i>						
Elemento coberto	-	(894.547)	12.514.614	-	11.620.067	
Instrumento de cobertura						
Swaps de moeda e de taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Swaps de moeda	879.932	(527.708)	-	(968.237)	(616.013)	
Forwards	36.340	(40.807)	-	-	(4.467)	
	<u>916.272</u>	<u>(1.463.062)</u>	<u>12.514.614</u>	<u>(968.237)</u>	<u>10.999.587</u>	
		2009				
		Lucros em operações financeiras	Perdas em operações financeiras	Juros e rendimentos equiparados	Juros e encargos equiparados	Total
<i>Cobertura de justo valor</i>						
<i>Aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira</i>						
Elemento coberto	2.047.530	-	4.588.921	-	6.636.451	
Instrumento de cobertura						
Swaps de moeda e de taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Swaps de moeda	7.958.735	(1.986.600)	2.016.951	-	7.989.086	
Forwards	1.334.341	(1.288.192)	-	-	46.149	
	<u>11.340.606</u>	<u>(3.274.792)</u>	<u>6.605.872</u>	<u>-</u>	<u>14.671.686</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais saldos relativos aos activos e passivos objecto de cobertura e aos respectivos derivados de cobertura pode ser resumida como segue:

Tipo de coberturas de justo valor	2010				
	Elementos cobertos			Instrumentos de cobertura	
	Montante nominal	Valor contabilístico	Correcções de valor	Montante nacional	Justo valor
<i>Tipos de cobertura de justo valor</i>					
Aplicações em instituições de crédito em moeda estrangeira	823.230.056	833.668.957	(894.547)	(836.902.791)	(836.008.244)

Em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade não tem activos ou passivos para os quais esteja a ser aplicada contabilidade de cobertura, nem mantém instrumentos derivados de cobertura.

Reclassificação de activos financeiros

Em 2010 e 2009, a Sociedade não efectuou qualquer reclassificação de activos financeiros entre justo valor e custo amortizado.

33. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 os Fundos Próprios da Sociedade (não considerando o resultado líquido do exercício), ascendiam a 1.894.163.719 Euros (2.145.118.422 Euros em 31 de Dezembro de 2009), correspondendo a um excesso face aos requisitos mínimos no montante de 1.728.755.180 Euros (1.926.024.182 Euros em 31 de Dezembro de 2009) e detalham-se como segue:

	2010	2009
Fundos próprios de base	1.270.666.348	1.521.621.051
Fundos próprios complementares	623.497.371	623.497.371
Total dos Fundos próprios	1.894.163.719	2.145.118.422
Requisitos totais	165.408.539	219.094.240
Activos ponderados pelo risco	2.067.606.738	2.738.678.004
Rácio de adequação de fundos próprios totais	91,61%	78,33%
Rácio de adequação de fundos próprios de base	61,46%	55,56%
Rácio de adequação de fundos próprios complementares	30,16%	22,77%

34. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo consolidado líquido da Sociedade incluía um montante total de 197.844.019 Euros relacionado com activos do Banco Madesant que se encontravam depositados junto da Lehman Brothers International Europe.

Nessa data, a capacidade do Banco Madesant dispor dos activos acima identificados encontrava-se condicionada no âmbito do processo de falência da Lehman Brothers iniciado em 15 de Setembro de 2008 e que ainda se encontra em curso.

No decorrer do exercício de 2009, o Banco Madesant celebrou com a Administração Liquidatária da Lehman Brothers dois contratos de transferência de activos (29 de Junho e 16 de Outubro de 2009) que permitiram colocar à disposição do Banco os activos que se encontravam bloqueados. Os contratos referem que a transferência dos activos para o Banco Madesant é realizada de forma prévia à conclusão, pela Administração Liquidatária da Lehman Brothers, do apuramento dos direitos que cada um dos queixosos e credores reclama.

Ao abrigo destes contratos, o Banco Santander, S.A., prestou duas garantias bancárias em nome do Banco Madesant, no montante total de 102.259.757 Euros e por um prazo de 3 anos, correspondentes a 50% do valor dos activos desbloqueados nas datas de transacção, para cobrir o risco da necessidade de retorno desses activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 2009 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 15 de Dezembro de 2010, não tendo existido reclamações sobre os activos que foram transferidos através dos contratos acima referidos, o Banco Madesant e a Administração Liquidatária da Lehman Brothers celebraram um contrato pelo qual o Banco ficou liberto das obrigações de retornar os referidos activos. Consequentemente, a Administração Liquidatária da Lehman Brothers solicitou o cancelamento antecipado das duas garantias prestadas a favor do Banco Madesant.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o activo líquido do Banco Madesant inclui um montante de 2.473.490 Euros (Nota 9) referentes a dividendos distribuídos por emitentes de acções que se encontravam bloqueadas e com o recebimento de valores associados à alienação de acções da sociedade Cepsa, que aguardam liquidação pela Administração Liquidatária da Lehman Brothers. Não existindo actualmente responsabilidades do Banco relativamente à devolução dos activos, é convicção do Banco que não está em causa a futura realização deste activo.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Sócios da
Aljardi SGPS, Lda

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Aljardi SGPS, Lda (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade da Gerência da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor tendo recebido da Gerência da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações dos resultados consolidadas, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pela Gerência e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas datada de 15 de Março de 2011, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzida neste documento.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos parágrafos 5, 6 e 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de Gestão consolidado supra referidos estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar à Gerência da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 23 de Março de 2011


António José Correia de Jesus
Presidente


José Gabriel Batista de Faria
Vogal


Manuel João de Freitas Pita
Vogal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE ALJARDI SGPS LDA.

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

I – ACTIVIDADES

No presente exercício, a Sociedade exerceu a sua actividade social com a gestão da única participação que detém, no capital social do Banco Madesant – Sociedade Unipessoal. S.A. (Banco), no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Seguindo a política estabelecida a direcção da Sociedade, controla e acompanha aquelas actividades sujeitas a risco, através dos diferentes Comitês Executivos no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais, Compliance, Financeiro e Controlo Interno, nas reuniões estabelecidas periodicamente.

Em particular o Banco dispõe de Manuais de Gestão de Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Estrutural, Risco Operacional, Risco de Compliance, Sistema de Controlo Interno e Função do Gestão de Risco, nos quais detalham-se as políticas e práticas de gestão do risco, os procedimentos e metodologia adoptada, relativos ao controlo e medição do dito risco, o que permite uma gestão adequada e eficaz do mesmo.

A Prevenção do Branqueamento de Capitais, nas suas diferentes ramificações e utilizações, têm actualmente e cada dia uma maior importância no controlo do conhecimento dos canais de recepção do dinheiro, pelo que o Banco mantém um constante, rigoroso e escrupuloso controlo nesta matéria.

Nesse sentido, é de destacar a existência do Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais, o qual foi criado dentro do quadro das recomendações emitidas, pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e pelas Autoridades Nacionais e Internacionais, e seguindo as pautas marcadas pelo Grupo nesta área.

O referido manual é revisto e actualizado periodicamente, durante o exercício de 2010 dito manual foi revisto/actualizado em Outubro, com o fim de manter em vigor as normas internas de actuação, e os sistemas de controlo e de comunicação, em sintonia com as normas nacionais e internacionais e as constantes inovações de controlo e segurança do Grupo nesta matéria.

O risco de Compliance afecta a todo o pessoal do Banco, contemplando-se como uma parte integral das actividades do negócio. O Banco é consciente da efectividade duma cultura que enfatize Standards de honestidade e integridade, tanto no comportamento da administração como da Direcção do Banco e do resto do pessoal da organização.

Em consequência, o Banco tem estruturado e nomeado o responsável para a função de Compliance, de maneira consistente com a própria estratégia e estrutura da gestão do risco, respeitando em todo momento quer o espírito quer o conteúdo da legislação normativa e regulamentação aplicáveis às actividades desenvolvidas.

O justo valor dos produtos de negociação, dos activos objecto de coberturas, bem como os respectivos derivados financeiros de cobertura, de acordo com as normas definidas pelas NIC (IAS – 39), encontram-se reflectidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à Segurança social ou à Administração Fiscal.

Conjuntura macroeconómica e mercados financeiros.

Após a recessão de 2008-2009, a decidida actuação das autoridades nacionais durante o ano de 2010, conseguiu travar o desabamento económico e inverter a tendência canalizando a saída da crise.

Durante o ano, a saída da crise económica foi acompanhada por divergências nos ritmos de crescimento e nas políticas aplicadas as quais resultaram em instabilidade em duas áreas: divisas e risco de país.

Outro dos desafios para 2011 será avançar com as reformas estruturais. Em particular no sistema bancário com a paulatina adopção de Basileia III, mas também em outros aspectos da economia com vista a aumentar o potencial de crescimento, melhorar a produtividade do sector publico, eliminar os obstáculos à criação de emprego e reduzir o elevado endividamento do sector privado. As reformas permitirão restaurar a estabilidade macroeconómica e a confiança assegurando assim definitivamente a saída da pior recessão em décadas.

Nos Estados Unidos o crescimento económico recuperou taxas positivas significativas podendo-se distinguir dois períodos bem diferenciados atendendo à fonte principal do referido crescimento. Um ajuste de existências durante o primeiro semestre e um aumento da procura interna durante o segundo semestre.

A diferença entre a política económica dos Estados Unidos e da área do Euro foi extensiva à política fiscal. Por um lado os Estados Unidos apostam numa política de estímulo para a procura enquanto na Euro zona se impõem políticas de estabilização macroeconómica.

De referir o novo programa de expansão quantitativa aprovado pela Reserva Federal presidida por Ben Bernanke no passado mês de Novembro, para apoiar a reactivação do crescimento e assegurar a estabilidade dos preços evitando cair em deflação, ao qual se junta um novo plano aprovado de estímulos fiscais. O posterior aumento das taxas de juro reais, tendo em conta que as expectativas de inflação permanecem ancoradas e que não se tenha incrementado o risco de solvência da economia, poderia ser reflexo da melhoria das expectativas económicas para os próximos trimestres.

A debilidade do investimento na habitação continuou durante o ano de 2010. A construção continua em mínimos assim como os preços das casas.

O principal obstáculo para a economia dos Estados Unidos é o mercado de trabalho, o qual para a sua recuperação necessita de crescimento económico robusto e cuja debilidade continua a alimentar a sobre oferta de casas através da execução de hipotecas por falta de pagamento. Durante o ano de 2010 a Euro zona conseguiu uma recuperação económica maior que a esperada graças à surpresa positiva que partiu da

economia alemã. Contudo as divergências entre os países do Euro aumentaram, sendo os países com menores rendimentos os que menos cresceram.

Na área do Euro o esforço que os países da zona periférica devem fazer para recuperar a competitividade é incomparavelmente maior, e que se torna mais complicado num contexto de fortes diferenciais nas taxas de juro por causa do risco soberano. O efeito mais evidente sobre os mercados financeiros será uma subida das taxas de juro de longo prazo.

A nível dos países existem diferenças acentuadas verificando-se um marcado contraste nas robustas taxas de crescimento do norte comparativamente com os discretos resultados do sul ou com a recessão de alguns países das zonas periféricas.

Em Maio os países da zona Euro aprovaram finalmente um pacote de ajuda financeira à Grécia com problemas de competitividade e transparência na gestão do sector publico criando-se um mecanismo Europeu de Estabilização dotado de 750.000 milhões de Euros com a participação do Fundo Monetário Internacional.

O aumento das turbulências a partir de Outubro foi particularmente intenso forçando a Irlanda a aceitar um plano de resgate com severas medidas de redução do deficit público, perante a grave deterioração do seu sistema bancário e o desequilíbrio das finanças publicas, agravado pelo compromisso do governo irlandês em 2009 de assegurar todos os activos bancários. A ajuda financeira posta à disposição da Irlanda por parte da União Europeia ascende a 85.000 milhões de Euros destinados a recapitalizar, reestruturar e reduzir o tamanho do sector bancário.

A pressão sobre os títulos soberanos estendeu-se também aos portugueses, espanhóis e inclusivamente a belgas e italianos. O diferencial da dívida alemã que se construiu em ancora do sistema com a destes países disparou para níveis máximos desde a criação do Euro.

A constatação de que as compras dos títulos soberanos por parte do BCE se mantinham a bom ritmo permitiu a redução dos diferenciais. O Conselho Europeu aprovou recentemente entre outras medidas a criação de um mecanismo de Estabilidade Financeira reforçando a actual Facilidade Europeia de Estabilização

Financeira criada no passado mês de Maio para proporcionar apoio financeiro aos países que experimentam perturbações económicas ou financeiras graves.

A recuperação da economia alemã está sendo mais rápida que o previsto. Em 2010 após sofrer a maior recessão desde a segunda Guerra Mundial a economia alemã fortemente direccionada para o sector externo experimentou uma intensa recuperação convertendo-se no principal motor económico da zona Euro durante 2010. A força do mercado laboral com uma taxa de desemprego nos níveis mais baixos desde a reunificação e a correcção do deficit público colocaram a economia numa posição privilegiada. A melhoria do mercado laboral fortalece o consumo privado. A elevada competitividade e a fraca procura interna situam a Alemanha entre as economias com um maior superavit da sua conta corrente juntamente com a China e os países exportadores de petróleo.

A recuperação da economia francesa continuou em bom ritmo durante 2010.

Em Itália, o ritmo de crescimento económico ainda é fraco, com um estancamento do consumo privado, com o aumento da taxa de desemprego e um menor investimento após a finalização dos estímulos fiscais.

Por seu turno o ritmo de avanço da economia britânica foi destacado em 2010. O governo britânico encontra-se mergulhado num severo plano de austeridade com o objectivo de redução do deficit. A contribuição do sector externo para a recuperação, de momento não é destacável, apesar da libra ter perdido mais de um quarto do seu valor desde Agosto 2007

No que respeita à evolução da taxa de inflação ela continua a um ritmo bastante superior ao objectivo estabelecido pelo Banco de Inglaterra.

Pelo seu lado a economia japonesa surpreendeu positivamente durante 2010, se bem que com um perfil irregular ao longo do ano. Deve-se destacar a importância que tiveram os estímulos governamentais durante 2010 e que e que impulsionaram a procura interna em contraste com o abrandamento das exportações afectadas negativamente pela valorização do iene. Tudo dentro de um contexto de mínimo aumento da inflação.

O sector da habitação continua sem dar sinais de recuperação em virtude da dificuldade da procura.

O crescimento da China continua a surpreender positivamente. Perante tensões inflacionistas e o forte momentum do país as autoridades aceleraram a retirada das medidas monetárias expansionistas aumentando o coeficiente de caixa e subindo as taxas de juro de referência. A autoridade monetária também impulsionou as políticas dirigidas a acalmar o sector imobiliário ante o risco persistente do aparecimento de borbulhas.

Apesar destas medidas correctivas a inflação continua atingindo máximos. Por esse facto as autoridades do país foram obrigadas a subir o nível objectivo para 2011 até aos 4%.

Em relação à política de câmbio e após o anúncio por parte da Fed de uma segunda fase da expansão monetária (QE2) a resistência da China em permitir maiores valorizações da sua moeda frente ao dólar desencadeou reacções de numerosos países que não querem perder posições competitivas. Para evitar uma valorização excessiva das suas divisas vários países impuseram entraves à entrada de capitais ou intervieram nos mercados de divisas para travar a valorização das suas moedas.

A renda variável das economias dos denominados países emergentes acumulou os maiores ganhos do ano. É visível um acentuado contraste entre as economias avançadas, com um crescimento em geral modesto e um desemprego elevado, com o dinamismo que mantêm as economias emergentes apenas afectadas pela recessão e que mantêm uma velocidade de cruzeiro que parece consolidada e sustentável

Países como a China Brasil, Coreia do Sul, Índia ou Chile registaram fortes crescimentos económicos acompanhados por uma importante subida dos riscos inflacionistas. A resposta dos Bancos Centrais Nacionais foi a de subir as taxas de juro oficiais para manter controladas as referidas pressões.

Após uma recessão fugaz o Brasil empreendeu uma sólida recuperação alcançando um crescimento económico aproximado ao seu máximo registo em três décadas. O gasto

interno: investimento e o consumo tanto privado como publico reafirmam-se como o principal factor do crescimento do Brasil.

No México a dependência da evolução económica nos Estados Unidos no sector de fabrico como factor exportador principal favoreceu também uma recuperação económica em 2010.

O crescimento da economia vai-se reequilibrando com o crescente impulso dos sectores terciário e primário até agora eclipsados pelo arranque da indústria. A recuperação do preço do petróleo permitiu equilibrar em certa medida o saldo fiscal.

O preço do petróleo recuperou a tendência altista durante o ano de 2010. Os crescimentos também predominaram no conjunto de matérias-primas alimentos e metais. O ouro continuou perto dos seus máximos históricos. A subida do preço dos alimentos coloca uma pressão adicional nas tensões inflacionistas de algumas economias emergentes.

Os mercados globais de renda variável foram caracterizados em 2010 pelas divergências geográficas motivadas entre outras causas pelos acelerados ritmos de crescimento das economias emergentes e as expectativas de recuperação dos Estados Unidos.

Se bem que a dívida publica a nível global actuou como valor refugio para os investidores após o agravamento da crise financeira em Setembro de 2008 a posterior e persistente incerteza provocada pela delicada situação das economias da periferia da Europa esta provocando uma continua fuga de fundos da dívida soberana destes países para outros activos com rácios de risco/beneficio mais atraentes aos olhos dos investidores como a renda fixa privada e em menor medida a renda variável.

Os movimentos sem tendencia definida, durante a maior parte do ano, dos indices europeus são reflexos da incerteza e em concreto dos países afectados directamente pela crise soberana. De assinalar a importância do recente acordo logrado entre os países da União Europeia sobre a criação de um mecanismo permanente de resgate como parte de uma maior integração fiscal e politica.

O sector financeiro alterou-se profundamente desde o início da crise experimentando um processo de transformação que todavia ainda continua. Durante os últimos dois anos vários países viram-se obrigados a intervir directamente em algumas entidades para evitar que a crise se generalizasse e para estabilizar o sistema financeiro internacional. Além deste envolvimento complexo o sector financeiro terá de adaptar-se a uma alteração profunda do processo regulador que se conhece por Basileia III, aumentando a solvência e liquidez do sector bancário e financeiro tornando-o mais estável para poder contribuir para o crescimento conjunto da economia.

Ao largo dos últimos meses a melhoria do fluxo de indicadores da conjuntura foi reforçada pela implementação de medidas de política económica que poderão afectar a evolução do conjunto de renda variável. Neste sentido contrastam os planeamentos opostos para a saída da recessão que ocorrem de um e outro lado do Atlântico: política fiscal expansiva e política monetária extremamente atenuada nos Estados Unidos face à retirada de estímulos fiscais na Europa.

Entretanto os mercados financeiros vão voltando lentamente à normalidade à medida que os preços das matérias-primas se vão encaminhando claramente para a alta.

Desde o início do ano têm-se multiplicado as declarações oficiais sobre os níveis das taxas de câmbio por parte dos gestores de política económica de todo o mundo se bem que o impacto sobre os mercados e a economia tenha sido pequeno.

A política monetária expansiva dos estados Unidos contribuiu para retomar a senda de valorizações das divisas dos países emergentes em relação ao dólar. Para a América Latina e Ásia a força das suas divisas explica-se também pelas elevadas expectativas de crescimento das suas economias e pelo encarecimento das matérias primas, na medida em que alguns destes países são eminentemente exportadores destes produtos e como tal beneficiam de um aumento dos preços dos mesmos.

Para evitar uma escalada das suas economias e riscos de inflação alguns países implementaram políticas mais restritivas, optando por aplicar medidas administrativas (aumento dos coeficientes das reservas, subida de impostos para o capital estrangeiro que investe em activos financeiros etc). O objectivo evidentemente é o de evitar dentro do possível a valorização das suas divisas.

Principais impactos resultantes da crise financeira durante o ano de 2010.

As excepcionais circunstâncias económicas e financeiras durante os passados anos, em particular durante o ano 2010, continuam afectando o funcionamento e rentabilidade dos mercados financeiros. O Banco Madesant manteve durante este período uma gestão prudente dos riscos financeiros susceptíveis de ocorrer, mantendo estratégias muito conservadoras na sua actividade de investimento e actuação nos mercados financeiros.

Em particular num contexto macroeconómico dominado pela incerteza, os riscos financeiros derivados da actividade de investimento por conta própria mantêm-se reduzidos, com uma limitada actividade em mercados financeiros, e controlada tanto ao nível dos investimentos efectuados, como ao nível do número e volume de operações efectuadas. De igual forma a gestão prudente dos riscos financeiros derivados da actividade de financiamento do Banco nos mercados monetários teve como consequência a manutenção de níveis reduzidos de risco estrutural do Balanço do Banco. Por outro lado a actividade do Banco no mercado de divisas foi reduzida à estrita operativa em Euros e dólares americanos.

Pelas razões expostas a exposição do Banco Madesant à crise financeira no durante o ano de 2010 pode ser considerada limitada no seu conjunto.

II - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2010, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

III - EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE

Perspectiva-se para 2011 a continuação do exercício da actividade da Sociedade, em moldes semelhantes ao acontecido durante o ano de 2010, dentro do quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira, e dentro do regime legal e fiscal aplicável às sociedades licenciadas para operar naquele Centro.

Como é habitual a Sociedade e o Banco continuarão dentro do marco da política de prudência e controlo dos elementos do mercado, através dos instrumentos que se têm desenvolvido para o efeito.

IV - NÚMERO E VALOR NOMINAL DE QUOTAS PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO

A Sociedade não detém quaisquer quotas próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer quotas próprias durante o presente exercício.

V - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes, nem entre o Banco e os seus Administradores.

VI – POLITICA DE REMUNERAÇÕES: ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DIRECTORES E OUTROS COLABORADORES

Aplicação da Política de remunerações do Banco Santander, matriz do Grupo Santander.

Desde a criação do Banco Madesant e motivado pela sua dimensão, natureza e simplicidade das actividades desenvolvidas e riscos assumidos, bem como pelo quadro de directores e colaboradores reduzido e especializado, que a retribuição de todos e cada um dos trabalhadores do Banco, incluindo os dois directores executivos que fazem parte do Conselho de Administração, está determinada pela política de remuneração corporativa do Banco Santander, enquanto sociedade matriz do Grupo Santander. É pois a referida política de remunerações que determina os critérios e fundamentos da remuneração (salários, bónus, seguros, planos de pensões, e outros incentivos) dos directores e restantes colaboradores remunerados no Banco Madesant.

a) Princípios orientadores

A política de remunerações do Banco Santander, matriz do grupo Santander, estabelece a nível corporativo e em geral:

- a. Os parâmetros de referência e fundamentação de qualquer sistema de remunerações variável a curto ou longo prazo (bónus ou incentivos anuais ou plurianuais) de que possam beneficiar os directores e colaboradores do Banco Madesant.
- b. A estimativa orientadora do valor absoluto das retribuições variáveis a que conduzirá o plano de remunerações proposto.
- c. A importância relativa da componente variável em relação com a remuneração fixa.
- d. Critérios de referencia para a distribuição de remunerações baseadas na entrega de acções, stock options ou retribuições ligadas a cotizações.
- e. Principais características dos sistemas de protecção social (pensões complementares, seguros de vida e figuras análogas) com a respectiva estimativa do seu custo anual ou equivalente.

A política de remunerações do Banco Santander cumpre com a legislação em vigor.

b) Aplicação ao Banco Madesant

Nenhum membro do Conselho de Administração do Banco Madesant, executivo ou não, recebe qualquer retribuição, atribuição anual ou senhas de presença, pelo exercício das funções que lhe estão atribuídas em virtude da sua designação como membro do conselho de Administração, quer seja pela Assembleia Geral, quer seja pelo próprio Conselho graças às suas competências de cooptação. A retribuição dos membros executivos do Conselho de Administração é determinada exclusivamente pelas suas funções directivas, desempenho e cumprimento de objectivos estabelecidos a nível de grupo Santander, e não como resultado das suas funções como administradores do Banco Madesant.

O Banco Madesant não distribui quaisquer rendimentos, nomeadamente subsídios, provenientes dos resultados do Banco nem o mesmo resulta dos respectivos estatutos.

Como consequência do exposto anteriormente, o Banco Madesant não dispõe de nenhuma política própria de remunerações para os trabalhadores, incluindo directores, do Banco nem para os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Os membros do órgão de fiscalização, do conselho fiscal ou o revisor oficial de contas também não recebem nenhuma remuneração directa, sendo os serviços de fiscalização executados por entidades externas.

A ausência de uma política de remunerações independente para o Banco Madesant e a dependência directa das directrizes estabelecidas a nível do Grupo, tornam, neste caso específico, incoerente, logo, de difícil aplicação, o procedimento geral previsto na legislação de uma aprovação anual em Assembleia Geral de uma declaração sobre a política de remunerações dos respectivos órgãos de administração e fiscalização, uma vez que esta, por razões de dinâmica de grupo, não tem poderes para esta aprovação.

b) Componentes de remuneração

A remuneração dos trabalhadores do Banco Madesant, incluindo dois dos membros do Conselho de Administração, na qualidade de directores executivos, inclui uma componente variável, equilibrada em relação à componente fixa em função do desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A componente variável está sujeita a limites, critérios de atribuição, pagamento e atenção a funções específicas de controlo conforme a legislação aplicável.

Não existe a possibilidade do pagamento da componente variável da remuneração ter lugar, no todo ou em parte, após e na sequência do apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato como membros do Conselho de Administração e Fiscalização do Banco Madesant.

Não existem mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho do Banco no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

O Grupo Santander, do qual faz parte o Banco Madesant, mantém um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que consiste em opções sobre acções do

Banco Santander SA condicionadas à valorização relativa da cotação da acção e ao crescimento do rendimento por acção, em relação a um grupo internacional de Bancos semelhantes. No caso do Banco Madesant formam parte deste plano 4 colaboradores incluindo os administradores executivos do conselho de administração.

Na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 23-06-2007 foi aprovado o Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander (Plano): 1º ciclo (anos de 2007 e 2008) e 2º ciclo (anos de 2007, 2008 e 2009); na Assembleia Geral realizada em 21-06-2008 foi aprovado o 3º ciclo (anos 2008, 2009 e 2010) e na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 19-06-2009 foi aprovado o 4º ciclo (anos 2009, 2010 e 2011) e na Assembleia Geral do Banco Santander realizada em 11-06-2010 foi aprovado o 5º ciclo (anos 2010, 2011 e 2012).

O Banco Madesant, como sociedade pertencente ao Grupo Santander também está integrado no referido Plano. Cada beneficiário deste plano tem direito a um numero máximo de acções do Banco Santander SA determinado multiplicando o número máximo de acções atribuídas pela soma dos coeficientes obtidos por comparação da evolução do Banco Santander com as entidades incluídas num grupo, relativamente a dois parâmetros: a rentabilidade total para o accionista e o crescimento do dividendo por acção.

De qualquer forma a componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total a fim de permitir a aplicação de uma política flexível sobre a componente variável.

Divulgação anual

O Banco Madesant divulga as seguintes informações nos documentos anuais de publicação de resultados:

1. A aplicação no Banco Madesant da política de remunerações geral do Banco Santander SA, matriz do Grupo Santander e a indicação da não existência de uma política de remunerações específica para membros dos órgãos de Administração e Fiscalização do Banco Madesant.
2. O montante anual da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração de forma agregada e individual, resultante unicamente do exercício de funções directivas no Grupo Santander e não pelo exercício das suas funções como administradores do Banco Madesant e do Conselho Fiscal.

Montantes auferidos no ano de 2010 pelos membros do Órgão de Administração.

Nome	Cargo	Remuneração Anual Bruta	Imposto Anual	Remuneração Anual Líquida
Norberto Quindós Rivas	Presidente do Conselho de Administração	442.513	149.908	292.605
António Bernardes Gumiel	Vogal do Conselho de Administração	267.877	89.690	178.187
Cátia Vanessa Alves Henriques Fernandes	Vogal do Conselho de Administração	0	0	0
Total		710.390	239.598	470.792

Montantes expressos em Euros.

Montantes auferidos no ano de 2010 pelos membros do Órgão de Fiscalização.

Nome	Cargo	Entidade Prestadora do Serviço	Montante anual dos Serviços Prestados
CONSELHO FISCAL:			
António José Correia de Jesus	Presidente do Conselho Fiscal	Yes Madeira, Lda.	3.918
José Gabriel Batista de Faria	Vogal do Conselho Fiscal		
Manuel João Freitas Pita	Vogal do Conselho Fiscal	ML> Madeira, Lda.	13.800
Sara Maria Almeida Taipa Teixeira	Suplente do Conselho Fiscal		
ROC:			
Deloitte & Associados, SROC, S.A. – representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães	Revisor Oficial de Contas	Deloitte & Associados, SROC, S.A.	18.373
Total			36.091

Montantes expressos em Euros.

Operações vinculadas e situações de conflito de interesses.**Operações vinculadas.**

Nenhum membro directivo do Banco Madesant não administrador/gerente, nenhuma pessoa representada por um membro directivo não administrador/gerente, nem nenhuma sociedade onde sejam administradores/gerentes, membros directivos ou accionistas significativos as referidas pessoas, nem pessoas com quem tenham acções acordadas ou que actuem através de pessoas interpostas nas mesmas, realizou durante o exercício de 2010 e até à data de publicação deste relatório, e até onde o Banco tem conhecimento, transacções não habituais ou relevantes com o Banco.

Situações de conflito de interesses.

Os mecanismos de controlo e os órgãos designados para resolver este tipo de situações estão referidos no Código Geral de Conduta do Banco Madesant e no Código de Conduta em Mercados de Valores do Banco Madesant.

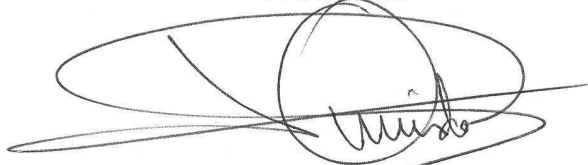
VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram positivos no montante de 800.163.694,51 Euros. No 2º semestre do ano 2010, o Conselho de Gerência aprovou uma distribuição antecipada de Dividendos do exercício no montante de 250.000.000,00 Euros, pelo que a Gerência propõe que o montante restante do Resultado Líquido do Exercício de 550.163.694,51 Euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

O resultado líquido negativo consolidado apurado no exercício de 2010, correspondeu a um montante de -168.054.882,54 Euros.

Funchal, 15 de Fevereiro de 2011

A Gerência



Gerente – Norberto Quindós Rivas



Gerente - Antonio Bernárdez Gumiel